

**Autor:**

Rute Russo

[up201404759@edu.lettras.up.pt](mailto:up201404759@edu.lettras.up.pt)

**Título:**

FERNÃO LOPES, GOMES EANES DE ZURARA E A AUTORIA DA CRÓNICA DA TOMADA DE CEUTA: UMA REFLEXÃO

**Resumo:**

Este artigo procura analisar a autoria da Crónica da Tomada de Ceuta, uma questão que tem vindo a dividir a historiografia portuguesa. Partindo de uma metodologia comparatista e interdisciplinar, analisaremos a crónica no nível estrutural, temático e ideológico, contrastando-a com a obra de Fernão Lopes e procurando assim aclarar o debate sobre a autoria de um dos textos históriográficos mais importantes do século XV.

**Palavras-chave:** Crónica da Tomada de Ceuta; Fernão Lopes; Gomes Eanes de Zurara; Ceuta; crónicas medievais; expansão portuguesa; autoria

**Abstract:**

This article aims to analyse a divisive question that remains in the Portuguese historiography, that is the authorship of the *Chronicle of the Siege and Capture of Ceuta*. From a comparatist and interdisciplinary starting point, we will analyse the chronicle's structure, themes and ideology. By contrasting it with Fernão Lopes's work, we will seek to clarify the debate surrounding one of the most important historiographical texts of the XV century.

**Keywords:** Chronicle of the Siege and Capture of Ceuta; Fernão Lopes; Gomes Eanes de Zurara; Ceuta; medieval chronicles; Portuguese expansion; authorship

**Plano:**

Estado da arte

A Crónica da Tomada de Ceuta: as fontes, as imagens, os temas e o discurso

Zurara ou Fernão Lopes? A autoria da Crónica da Tomada de Ceuta: debate e reflexão

Conclusões

**Como citar este artigo:**

Rute Russo, «Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e autoria da *Crónica da Tomada de Ceuta*: uma reflexão», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 7, 2022, pp. 109-157.

DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua7a7>

## FERNÃO LOPES, GOMES EANES DE ZURARA E A AUTORIA DA *CRÓNICA DA TOMADA DE CEUTA*: UMA REFLEXÃO

Rute Russo  
(CITCEM-FLUP)  
Bolsreira de Investigaçãõ FCT

Este artigo tem como objetivo analisar a autoria da *Crónica da Tomada de Ceuta* (CTC)<sup>1</sup>. Apesar de ser uma obra tradicionalmente atribuída a Gomes Eanes de Zurara, não raro a sua autoria tem sido posta em causa em prol de uma hipótese lopesiana. O espaço e cronologia em estudo serão o reino de Portugal e o Norte de África no século XV. A fonte é a CTC na edição de Francisco Esteves Pereira<sup>2</sup>. O objetivo deste artigo é, como dissemos, analisar a autoria da CTC. Para tal, iremos analisar os temas, o discurso, as fontes e as estratégias literárias usadas, de forma a responder às seguintes questões: quais as temáticas principais na CTC? Quais as principais personagens? Que objetivos nortearam a sua escrita? Que fontes foram utilizadas? Quem é o autor da CTC, Zurara ou Fernão Lopes? Pretendemos fazer uma análise da autoria da CTC, cruzando os diversos estilos, discursos e uso de fontes nos dois cronistas, numa metodologia marcadamente comparatista e interdisciplinar.

### Estado da arte

Gomes Eanes de Zurara nasceu em 1410 (?) e morreu em 1474 (?)<sup>3</sup>. Foi cronista régio, Guarda-Mor da Torre do Tombo e Guarda-Conservador da Livraria Real. Desde cedo frequentou a corte de Afonso V, na qual obteve a sua educação. A sua formação escolar foi tardia, tendo começado a partir dos 14 anos<sup>4</sup>. Este é um fator que se refletirá na sua obra, tanto ao nível estético como ideológico. Zurara foi feito cavaleiro da Casa

---

<sup>1</sup> Este trabalho decorre da nossa investigação inserida na bolsa de doutoramento FCT, Refª 2020.06195.BD. O nosso projeto de doutoramento intitula-se “A crise dinástica de 1383-1385 em Fernão Lopes, Pero López de Ayala e Jean Froissart: a construção de uma narrativa histórica” e conta também com o apoio da FCT, MCTES, UE, FSE e NORTE 2020.

<sup>2</sup> Pereira (ed. 1915).

<sup>3</sup> Pereira (ed. 1915, caps. XIV e LX).

<sup>4</sup> Pereira (ed. 1915, caps. XI-XVI). Segundo Maria Cabanas, Zurara terá frequentado a universidade porque ele sugere no capítulo X da CTC que aprendeu Lógica e Dialética segundo as Súmulas de Pedro Hispano que então se usavam no ensino. Ver Cabanas (2004, p. 1699).

Real e comendador da Ordem de Cristo<sup>5</sup>. A filiação nesta ordem colocou-o na esfera de influência do Infante D. Henrique, que se tornará a figura primordial de toda a sua obra. O Navegador foi administrador da Ordem de Cristo desde 25/5/1420, mantendo-se no cargo até morrer em 13/1/1460<sup>6</sup>. A produção historiográfica de Zurara decorre entre os anos de 1449 e 1468, durante a velhice do Infante. Zurara acentua este detalhe quando refere a propecta idade que D. Henrique tinha quando o entrevistou para a elaboração da CTC, *circa* 1449. O Infante será um dos testemunhos chave que o cronista usará, nomeadamente na reconstrução dos debates sobre o ataque a Ceuta. Veja-se:

*por que nos começamos descreuer trinta e quatro annos depois da sua tomada, e afora os jmpedimentos que ao diante seram contados, no dito tempo faleceram casi a mayor parte das autorizadas pessoas que forom no conselho...e os que ficaram per que tínhamos rrezam. eram tam grandes senhores os quaaes polia excelência de seu estado forom sempre tam ocupados que perderam lembrança de muy gram parte das circunstancias daquellas cousas, mayor mente que o principal destes era o Iffante Dom Anrrique. o qual foy sempre tam ocupado nos feitos do rreino... Porem tomando alguús pedaços que ficaram apegados nas paredes do entendimento deste senhor cheas de muy grandes cuidados e çercadas de feitos estranhos com alguúas migalhas que de fora apanhamos, trabalharemos de fazer cousa que pareça jnteira segundo a forma do processo que se segue<sup>7</sup>*

O príncipe torna-se assim uma das principais, senão mesmo a principal fonte da CTC. Zurara afirma que a maioria das testemunhas já tinham falecido quando ele começou a escrever e por isso D. Afonso V sentiu a urgência de mandar compilar a história dos feitos de Ceuta<sup>8</sup>. A idade avançada do infante e a sua consequente memória fraca são utilizados pelo cronista como justificações para eventuais lapsos que a obra possa conter, nomeadamente no esquecimento de algumas pessoas e feitos notáveis<sup>9</sup>. Quando Zurara começa a escrever a CTC em 1449, Fernão Lopes é ainda cronista-mor. Este facto é um dos argumentos apontados, entre outros, para defender a autoria lopesiana da obra. Em 1454, Zurara é nomeado cronista-mor do reino e guarda-mor da Torre do Tombo, substituindo Fernão Lopes nos dois cargos sob o argumento que este último era já demasiado idoso<sup>10</sup>. O velho cronista continuará a usufruir até aos últimos

---

<sup>5</sup> Pereira (ed. 1915) cita a carta, datada de 29/3/1451, em que D. Afonso V dá uma tença anual de 6000 reais brancos a Zurara que designa já como cavaleiro da sua casa e cronista. Contudo a data exata da elevação de Zurara ao estatuto de cavaleiro é desconhecida, mas será já antes de 1451, ver Pereira (ed. 1915, caps. XXV-XXVI). A mesma questão emerge para a data em que o cronista foi comendador da Ordem de Cristo, porque segundo Pereira perderam-se os registos desta Ordem, mas já na *Crónica da Guiné*, datada de 1453, Zurara se designava como «Per vossa mercee cavalleiro e comendador da Ordem de Xpõ.»; ver Pereira (ed. 1915, cap. XXVIII, nota de rodapé nº 2).

<sup>6</sup> Sousa (2015, cap. 3); Sousa (2015, cap. 7).

<sup>7</sup> Pereira (ed. 1915, cap. II, p. 11).

<sup>8</sup> Pereira (ed. 1915, cap. III, p. 12).

<sup>9</sup> Ver citação da nota 7 e Pereira (ed. 1915, cap. III, pp. 13-14).

<sup>10</sup> Ver a carta da substituição de Fernão Lopes em Cintra, Freire & Entwistle (ed. 1977, cap. LVIII).

dias de uma tença régia outorgada pelo rei ainda em 1449<sup>11</sup>. Em 1453, Gomes Eanes de Zurara escreveu a *Crónica dos Feitos da Guiné* (CG)<sup>12</sup>. Em 1463, começou a escrever a epopeia da família Meneses, relato que se divide em duas partes. A primeira parte é a *Crónica de D. Pedro de Meneses* (CPM) e conta os feitos do capitão de Ceuta e, em boa medida, continua a matéria onde a CTC parou. A segunda parte é a *Crónica de D. Duarte de Meneses* (CDM), produzida em 1468, que gira em torno de D. Duarte de Meneses, que morre em Benacofu para salvar a vida de D. Afonso V<sup>13</sup>.

Fernão Lopes nasceu em Lisboa em 1380 e morre em 1460 (?)<sup>14</sup>. Foi um notário e tabelião. Foi também escrivão da puridade do Infante Santo. O seu filho, Martinho, era médico-assistente do Infante D. Fernando e com ele foi capturado em Tânger, perecendo no cativo de Fez<sup>15</sup>. Em 1419, sob a tutela de D. Duarte e já como guardamora da Torre do Tombo, escreve a *Crónica de Portugal de 1419* (CP1419), um texto que abarca os reinados desde Afonso Henriques até Afonso IV<sup>16</sup>. Fernão Lopes é nobilitado em 1433 e passa a receber uma tença vitalícia<sup>17</sup>. Entre 1434 e 1449 escreveu a sua célebre trilogia, composta pela *Crónica de D. Pedro I* (CDP) escrita em 1434, após a qual escreveu a *Crónica de D. Fernando* (CDF) e a *Crónica de D. João I parte 1* (CDJ1) até sensivelmente 1443; e por fim escreveu a *Crónica de D. João I parte 2* (CDJ2) entre 1443 e 1449<sup>18</sup>. Estas crónicas abarcam o período entre 1357 e 1411, respetivamente os reinados de D. Pedro I, D. Fernando e de D. João I até essa data.

Ao longo da história, a disputa da autoria da CTC é reforçada pelas dúvidas que persistem quer sobre a atribuição de outras obras de Zurara, quer sobre os escritos de Fernão Lopes. Por exemplo, a autoria zurariana da CG tem sido questionada ao longo do tempo, defendendo-se que se trata da refundição de uma obra de Afonso Cerveira. Costa Pimpão e Torquato de Sousa Soares defendem que a CG foi produto da fusão de dois textos distintos, um livro dos feitos do Infante D. Henrique, da autoria de Zurara e uma crónica dos feitos da Guiné de Afonso Cerveira, hoje perdida<sup>19</sup>. Já no tocante a Fernão Lopes, a autoria hipotética da CTC junta-se aos debates sobre a atribuição da CP1419 e de partes das crónicas de D. Duarte I e de D. Afonso V. Este questionamento

---

<sup>11</sup> D. Afonso V confere uma tença de 500 reis a Fernão Lopes até ao fim da vida, carta de 11/1/1449, ver Pereira (ed. 1915, cap. XXX).

<sup>12</sup> Santarém (ed. 1841); Bertoli (2010, p. 39).

<sup>13</sup> Brocardo (ed. 1997); King (ed. 1978). Este último editor da CDM aponta que Duarte Meneses morreu em 1464. Cf. King (ed. 1978, p. 36).

<sup>14</sup> Monteiro (1988, p. 39).

<sup>15</sup> Saraiva (1960, pp. 13-15); Monteiro (1988, p. 73).

<sup>16</sup> Calado (ed. 1998). Ver também Moreira (2013).

<sup>17</sup> Monteiro (1988, p. 73).

<sup>18</sup> Macchi & Amado (ed. 2007); Macchi & Amado (ed. 2004); Amado, Nunes & Costa (ed. 2017); Cintra, Freire & Entwistle (ed. 1977). Ver Amado (1997, p. 53) e Sousa (2005, p. 10).

<sup>19</sup> Figueiredo (2005, p. 25); Soares (1960, p. 302).

é alimentado pela atribulada história da preservação manuscrita das crónicas de Zurara. A título de exemplo, a CG esteve “desaparecida” desde o século XVI até ser redescoberta por Fernando Dinis, que achou um manuscrito da obra na Biblioteca Real de Paris<sup>20</sup>. As outras crónicas de Zurara conhecem variações nos seus manuscritos, sendo que nenhuma tem um texto completo, estando em falta capítulos inteiros<sup>21</sup>.

Estas polémicas em volta das outras crónicas de Zurara alimentam o campo dos que questionam a atribuição da CTC ao cronista, considerando que pelo menos uma das suas obras, a CG, tem uma autoria discutível. Torquato Soares defende que Zurara utilizou alguns materiais para uma terceira CDJ que Fernão Lopes teria já escrito, tendo a aprovação do cronista-mor para tal<sup>22</sup>. Francisco Esteves Pereira defende que a feitura da CTC arrancou antes de 1449, porque seria difícil escrever uma obra complexa em apenas um ano e que o autor terá feito uso de materiais de outros cronistas<sup>23</sup>. No século XVI, Damião de Góis questionava a autoria da CTC que atribuía a Fernão Lopes<sup>24</sup>. António José Saraiva defende que Fernão Lopes ainda estava a terminar a trilogia quando se dá Alfarrobeira e que, após a batalha, foi afastado da tarefa de continuar a CDJ, tendo sido Zurara a escrever a CDJ3/CTC<sup>25</sup>. J. Gouveia Monteiro aponta que Zurara começou a escrever a CTC usando textos já escritos por Fernão Lopes, quiçá capítulos inteiros<sup>26</sup>. Ou seja, Zurara continuou e ampliou uma redação embrionária da CTC escrita pelo então cronista-mor. Luís Filipe Lindley Cintra defende que a CTC tem algumas das mais belas passagens do século XV em Portugal, lembrando o estilo de Fernão Lopes, colocando o autor a questão de saber se Zurara não começou a escrever a CTC usando materiais do então cronista-mor e trabalhando sobre a sua supervisão<sup>27</sup>.

Por outro lado, o questionamento da autoria de algumas obras de Fernão Lopes alimenta o debate sobre a CTC. Com exceção da *Crónica do Condestável* (CC), cuja autoria lopesiana é hoje descartada de forma quase universal, o mesmo não se pode dizer sobre a autoria da CP1419 e de partes das crónicas de D. Duarte e de D. Afonso V<sup>28</sup>. Damião de Góis defendia que Fernão Lopes escrevera a *Crónica de D. Duarte*, exceto

---

<sup>20</sup> Katuscia Barbosa aponta como João de Barros e Bartolomeu de las Casas referem ainda a existência da CG, mas pouco depois a obra desaparece; ver Barbosa (2017, p. 51).

<sup>21</sup> Larry King diz que a CDM original teria 156 capítulos, dos quais 38 se perderam e 28 estão incompletos. Ver King (ed. 1978, pp. 27-29).

<sup>22</sup> Soares (1960, p. 292).

<sup>23</sup> Pereira (ed. 1915, cap. XXI).

<sup>24</sup> Guimarães (2019, pp. 120-121).

<sup>25</sup> Saraiva (1960, p. 169).

<sup>26</sup> Monteiro (1988, p. 81).

<sup>27</sup> Ver Cintra, Freire & Entwistle (ed. 1977).

<sup>28</sup> Monteiro (1988, p. 98) argumenta como a confrontação do texto interno da CC com a trilogia torna ilógica uma autoria lopesiana. Entre os poucos autores a defender a posição contrária esteve Braancamp Freire, que a sustentou, segundo Monteiro, apenas pela admiração que nutria por Fernão Lopes, que tinha

o debate sobre Tânger e o enterro que D. João I que atribuiu a Zurara. No tocante à *Crónica de D. Afonso V*, Damião de Góis afirma que Zurara escrevera até à tomada de Arzila em 1471<sup>29</sup>. Já João de Barros afirmava que Zurara era o autor da *Crónica de D. Duarte* e de *D. Afonso V* até Alfarrobeira, e que mais tarde Rui de Pina fez emendas e adições às obras que ficaram assim sendo suas<sup>30</sup>. A intertextualidade praticada entre os cronistas medievais, assim como a prática recorrente de refundição e ampliação de textos históricos, gerou um permanente questionamento da autoria de várias das crónicas régias. O debate sobre a autoria da CTC insere-se nesta problemática. Contudo, pela limitação de tempo e espaço, a nossa análise centrar-se-á apenas no debate sobre a autoria da crónica em questão.

### **A Crónica da Tomada de Ceuta: as fontes, as imagens, os temas e o discurso**

A CTC foi escrita em 1449-1450 e tem 105 capítulos<sup>31</sup>. Tendo como pano de fundo a conquista de Ceuta em 21/8/1415, esta obra é uma crónica régia que conta os feitos do reinado de D. João I a partir de 1411, a data em que se detivera a CDJ de Fernão Lopes. Esta data corresponde ao Tratado de Ayllon, que definia os termos de uma paz mais duradoura com Castela. A crise dinástica de 1383-1385 continuava a ser um pomo de discórdia entre Portugal e Castela, mas em 1411 o contexto geopolítico exigia uma acalmia da tensão. Castela vivia uma situação de menoridade régia de Juan II, estando a regência a cargo de D. Catarina de Lencastre, mãe de Juan II, irmã de D. Filipa de Lencastre e do infante D. Fernando de Antequera<sup>32</sup>. Devido ao parentesco entre D. Filipa e D. Catarina e à menoridade do rei, gerou-se um contexto favorável a um desanuviamento que culminou no tratado de 1411<sup>33</sup>. Zurara recria os debates internos sobre este acordo, frisando a sua importância ao libertar Portugal para o ataque a Ceuta, pois só assinando a paz com Castela foi possível pensar na empreitada de Ceuta. Caso contrário, seria impensável manter, do ponto de vista logístico e financeiro, duas frentes de guerra em simultâneo<sup>34</sup>.

Zurara faz uso de várias estratégias literárias para criar emoção e transmitir mensagens, nomeadamente a alegoria, a metáfora, analepses, prolepses, o diálogo

---

copiado partes inteiras da CC na trilogia. Para poupar o cronista a acusações de plágio, Freire defendeu a autoria lopesiana. Para a autoria da CC ver também Cidade (1931).

<sup>29</sup> Guimarães (2019, p. 129).

<sup>30</sup> Guimarães (2019, p. 129).

<sup>31</sup> Pereira (ed. 1915, cap. CIX-CIV). Zurara refere que acabou a CTC em Silves a 25/3/1450 sendo D. Afonso V rei havia 11 anos e 205 dias. Ver Pereira (ed. 1915, cap. CV, p. 275).

<sup>32</sup> Duarte (2015, pp. 21-25).

<sup>33</sup> Pereira (ed. 1915, cap. V, pp. 16-18).

<sup>34</sup> Pereira (ed. 1915, cap. V, pp. 16-18)

intimista com o leitor e os episódios oníricos<sup>35</sup>. Neste último âmbito, destacam-se as profecias mouras sobre a conquista lusa de Ceuta e os sonhos premonitórios de D. Filipa sobre o futuro dos filhos. O recurso às analepses não é tão vincado em Zurara como fora em Fernão Lopes, porque o primeiro adota uma estrutura cronológica mais convencional, por assim dizer, que o segundo. Fernão Lopes subordinou não raras vezes a cronologia à temática, recorrendo abundantemente às analepses, prolepses e entrelaçamento<sup>36</sup>. Já Zurara não fez tanto uso destas estratégias literárias, porque preferiu uma estrutura cronológica sequencial, com exceções pontuais. Ou seja, subordinou a temática à cronologia, preferindo por vezes sacrificar a narração de alguns eventos, mantendo assim uma coerência cronológica<sup>37</sup>. J. Guimarães aponta que Zurara adota o conceito de «*brevitas*» na sua historiografia, tentando cingir-se aos factos essenciais para não sobrecarregar o público<sup>38</sup>. Em virtude disto, o cronista desculpa-se por não citar alguns personagens e eventos<sup>39</sup>.

A CTC é uma crónica régia não-convencional do ponto de vista temático, porque se centra fundamentalmente num grande episódio histórico do reino, relegando outros tópicos para um segundo plano de interesse, mas é uma crónica convencional do ponto de vista cronológico. Um traço constante na CTC é o diálogo do cronista com o leitor, partilhando sistematicamente reflexões de cariz filosófico ou sobre o *metier* histórico. Zurara, não raras vezes, explica-se perante o leitor sobre questões como o domínio do testemunho do infante D. Henrique enquanto fonte na sua obra. Ou quando responde aos que o criticam por não mencionar algumas personagens ou eventos importantes «E quem quiser escrever os falamentos de todos seria huía cousa defusa ou mais dereitamente jmpossuel ca elles nam se contentam de contarem o que sabem, mas ajnda acreçentam no que ouuem em muitas partes...»<sup>40</sup>. Este “diálogo” leitor-autor confere intimismo à obra de Zurara.

Zurara começa a crónica com o Prólogo, que é simultaneamente o capítulo I, devotado ao seu discurso meta-narrativo. Aqui, o autor começa por apresentar um conjunto de considerações de cariz metafísico. De seguida, roga a Deus que o ajude a escrever a crónica. Num último momento, apresenta as razões que o levaram a empreender este trabalho e a relevância de contar os grandes feitos de Ceuta. Note-se que Zurara não afirma que vai narrar todos os feitos do reinado a partir de 1411, mas sim contar a conquista norte-africana. No capítulo II, Zurara faz uma espécie de segundo prólogo, centrado na apresentação da tomada de Ceuta como temática transversal na

---

<sup>35</sup> Sobre os saltos na ação em Zurara, ver Duarte (2002, p. 219).

<sup>36</sup> Miranda (2013, pp. 46-62); Cunha (2017, pp. 21-36).

<sup>37</sup> Zurara afirma que dividirá a sua crónica em capítulos «segundo rreal ordenança dos antigos historiadores...», Pereira (ed. 1915, cap. II, p. 11).

<sup>38</sup> Guimarães (2019, pp. 167-168).

<sup>39</sup> Guimarães (2019, pp. 167-168).

<sup>40</sup> Pereira (ed. 1915, cap. III, p. 14).

obra. Ou seja, o capítulo I é uma espécie de introito de cariz generalista, que procura apresentar o pensamento do autor, a sua concepção historiográfica e o objetivo da obra, sendo o capítulo II, na verdade, uma introdução ao tópico de Ceuta propriamente dito, onde a conquista da cidade é mostrada como um feito grandioso e por isso merecedor de um papel central numa crónica régia. No capítulo III, Zurara, adotando um tom intimista, explica as razões pelas quais a crónica se fizera tão tarde. Aí, expõe como Fernão Lopes não pôde dar continuidade à CDJ e como D. Afonso V lhe ordenara que convertesse em crónica os feitos do seu avô<sup>41</sup>. De seguida, entre os capítulos IV a VI, conta como se assinaram as pazes com Castela; e no capítulo VII, imediatamente após as pazes de Ayllon, o primeiro ato de D. João I é sondar o infante D. Fernando de Antequera sobre a posição de Castela perante um hipotético ataque português a Granada. Este plano é rejeitado pelo lado castelhano.

A expansão para o norte de África torna-se, então, o “plano B” da casa de Avis, gorada a hipótese da conquista granadina. Assim, a preocupação da CTC é relatar a conquista de Ceuta, subordinando a obra a este acontecimento, tanto do ponto de vista temático, como estrutural, e não necessariamente contar todos os eventos do reinado de D. João I. Zurara concebe, pois, a CTC como uma crónica régia centrada essencialmente na conquista de Ceuta enquanto principal feito da segunda metade do reinado de D. João I. A discussão das pazes com Castela, que é o primeiro tópico coberto pela crónica, serve como preâmbulo para a futura expansão militar norte-africana. O autor não arranca a obra afirmando que contará os feitos de D. João I, mas sim a «muy notável empresa» de Ceuta<sup>42</sup>. Os dois prólogos da CTC procuram enquadrar esta conquista do ponto de vista político, filosófico, religioso e historiográfico, ressaltando o seu papel central como *pivot* temático da CTC.

Em nosso entender, tal deve-se à concepção de Zurara, na qual o reinado de D. João I é constituído por dois grandes períodos. O primeiro vai desde 1383 a 1411 e relata a ascensão do Mestre de Avis e a guerra com Castela, sendo este período é contado por Fernão Lopes no que Zurara chama de «hum *liuro* que dello he escripto o qual foy posto em ordenança per *huúa notauel pessoa que chamauam Fernam Lopez homem de comunal ciência e grande autoridade*»<sup>43</sup>. O segundo momento é marcado pelo início da expansão no Norte de África, e será contado por Zurara, tendo em Ceuta o tiro de partida. Desenvolveremos esta questão mais à frente.

Na Tabela 1, que segue abaixo, analisamos estruturalmente as temáticas da CTC.

---

<sup>41</sup> Pereira (ed. 1915, cap. III, p. 12).

<sup>42</sup> Pereira (ed. 1915, cap. II, p. 8).

<sup>43</sup> Pereira (ed. 1915, cap. III, pp. 12-13).

Tabela 1 – Análise temática da CTC<sup>44</sup>

Temáticas	1 O discurso metanarrativo	2 Tomada de Ceuta	3 Relatos biográficos	4 Debates sobre Ceuta	5 Preparação logística da armada para Ceuta	6 Sermões e discursos públicos	7 Profecias e sonhos	8 Episódios bélicos	9 Diplomacia
Capítulos da CTC (105 no total)	I, II, III, CIV, CV	LXV, LXVI, LXVII, LXVIII, LXIX, LXX, LXXI, LXXII, LXXIII, LXXIV, LXXV, LXXVI, LXXVII, LXXVIII, LXXIX, LXXX, LXXXI, LXXXII, LXXXIII, LXXXIV, LXXXV, LXXXVI, LXXXVII, LXXXVIII, LXXXIX, XC, XCII, XCIII, XCIV, XCV, XCVII, XCIX, C	VIII, XXIII, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL, XLI, XLII, XLIII, XLIV, XLV, XLVI, CI, CII, CIII	IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XLVII, XLVIII, LVI, LVII, LXII, LXIII, LXIV, XCVII, XCVIII	XXI, XXIX, XXX, XXXV, XXXVI, XLVII, XLVIII, XLIX, L, LI, LIV, LV, LVII, LIX, LX, LXII, LXIII	LII, LIII, LXI, LXXI, XCVI	LIV, LVIII, LXI	LVI, LIX, LX, LXV, LXVI, LXVII, LXVIII, LXIX, LXX, LXXI, LXXII, LXXIII, LXXIV, LXXV, LXXVI, LXXVII, LXXVIII, LXXIX, LXXX, LXXXI, LXXXII, LXXXIII, LXXXIV, LXXXV, LXXXVI, LXXXVII, LXXXVIII, LXXXIX, LXXX, LXXXI, LXXXII, LXXXIII, LXXXIV, LXXXV, LXXXVI, LXXXVII, LXXXVIII, LXXXIX, XC, XCII, XCIII, XCIV, XCV, XCVII, XXVIII, XCIX, C	IV, V, VI, VII, XVII, XVIII, XXVIII, XXIX, XXXI, XXXII, XXXIII, XXXIV, XCI
Nº de capítulos por temática	5	33	15	29	17	5	3	36	13
Percentagens (arredondadas)	4.76%	31.42%	14.28%	27.61%	16.19%	4.76%	2.85%	34.28%	12.38%

Detetam-se nove temáticas na CTC: o discurso metanarrativo de Zurara; a tomada de Ceuta; os debates no conselho régio; a matéria bélica no geral; a preparação logística para a conquista; relatos biográficos; sermões e discursos públicos; profecias e sonhos; a diplomacia da corte avisina. É de referir que em vários capítulos há uma sobreposição de temáticas, já que estas não estão restritos a um só *topos* mas cobrem por vezes distintas questões. A entrada “Episódios bélicos” engloba todos os relatos de combates

<sup>44</sup> Esta tabela é da nossa autoria, tendo como base os dados extraídos da CTC, Pereira (ed. 1915).

narrados na obra, decorram eles em Ceuta ou em outro local. Assim, esta entrada abarca os capítulos listados também no campo “Tomada de Ceuta”. Dividindo a matéria bélica em duas categorias na Tabela 1, temos dois objetivos: o primeiro é entender o peso que Zurara deu “aos belos feitos de armas” no geral, e não apenas especificamente aos relatos de Ceuta; o segundo é entender a importância que ocupa a conquista da cidade na CTC. Criamos uma categoria específica para a preparação logística porque esses capítulos não giram em torno de episódios bélicos, mas debruçam-se sobre a criação de um aparato militar.

É nestes capítulos que Zurara começará a construir um panegírico do infante D. Henrique, que o cronista destacará como o grande génio por detrás da preparação militar. Zurara narra como D. João I dá primazia aos conselhos e sugestões de D. Henrique em detrimento dos outros filhos<sup>45</sup>. Pese embora a sua curta idade, o futuro duque do Porto lidera a preparação da armada, destacando-se dos irmãos pelo génio estratégico e pela riqueza e dimensão do seu séquito. Parece-nos, pois, que estes episódios pertencem sobretudo à matéria política e não bélica da crónica. Para aferir concretamente o peso que cada tópico teve na CTC, optámos por primeiramente listar na Tabela 1 todos os capítulos em que surge um tema. Como há sobreposição de capítulos em distintas entradas, o nosso cálculo faz-se tendo em conta o peso específico de cada temática em relação ao total de 105 capítulos. O que nos interessa apurar é a dimensão de cada tópico no cômputo geral da obra.

Os “Episódios bélicos” são o tema mais tratado na CTC, compreendendo 34.28% dos capítulos no total. Seguem-se os relatos da “Tomada de Ceuta” com 31.42% e em terceiro os “Debates sobre Ceuta” com 27.61%. Nesta última entrada juntam-se, por um lado, as discussões sobre a possibilidade de um ataque a Ceuta e, por outro, após a conquista desta, os debates sobre manter ou não a praça. Em quarto, com 16.19%, surgem os capítulos dedicados à “preparação logística” do assalto. Em quinto lugar, emergem os “relatos biográficos” com 14.28%, um tópico que em Zurara se centra sobretudo na narração da vida dos infantes de Avis e da rainha D. Filipa. Com 12.38%, temos a entrada “Diplomacia” que relata as falsas embaixadas portuguesas à Sicília e ao duque da Holanda e as negociações do Tratado de Ayllon<sup>46</sup>. Em sétimo lugar, com 4.76%, temos o “Discurso meta-narrativo de Zurara”, um conjunto de cinco capítulos (Prólogo, capítulos II e III e os dois capítulos finais da CTC). Em oitavo posto, também com 4.76%, temos o campo “Sermões e discursos públicos”, hegemonicamente dominado pelos sermões de Fr. João de Xira. O último campo é “Profecias e sonhos” com 2.85%. Numa leitura atenta destes dados, conclui-se que a temática bélica ocupa pelo menos um terço dos capítulos da CTC. Das nove temáticas tratadas na Tabela 1, quatro versam sobre: a tomada de Ceuta, a preparação militar, os debates no conselho régio e os episódios

---

<sup>45</sup> Pereira (ed. 1915, cap. XXXV).

<sup>46</sup> Pereira (ed. 1915, cap. IV e cap. XXVIII). Ainda sobre as falsas embaixadas portuguesas e o papel dos rumores na geopolítica, ver Montes (2019).

bélicos no geral. Estes últimos são fundamentalmente centrados no assalto a Ceuta ou em escaramuças no Mediterrâneo que ocorrem imediatamente antes da conquista em 1415. Assim, desde os debates iniciais no conselho régio, até à conquista final, Ceuta é o assunto dominante de toda a CTC.

Não por acaso, a obra em si é mais conhecida como «*Crónica da Tomada de Ceuta*» do que como a “Terceira Parte da *Crónica de D. João I*”. Todos os feitos de D. João I após 1411 são secundarizados por Zurara em relação à conquista da praça marroquina. Os três tópicos mais tratados são “Tomada de Ceuta”, “Episódios Bélicos” e “Debates sobre Ceuta” e ocupam, cada um, cerca de um terço da obra. O quarto tópico, “Preparação logística da armada para Ceuta”, ocupa quase 17% da obra. De facto, estruturalmente falando, a CTC tem 2 grandes blocos temáticos. O primeiro – e o que compreende mais capítulos – centra-se em Ceuta e compõe-se de quatro tópicos que tratam fundamentalmente da conquista da cidade e de tudo o que a envolveu. O segundo bloco não é tão coeso tematicamente, dividindo-se em várias questões como a diplomacia portuguesa, narrações biográficas, a parenética de Fr. João de Xira, os sonhos e presságios e as reflexões de Zurara. Destes tópicos, destacam-se os relatos biográficos com 14.28% e a diplomacia com 12.38%.

A análise temática da CTC deve, contudo, ir além de uma perspetiva meramente quantitativa. Do ponto de vista quantitativo, a matéria bélica emerge como predominante na CTC. Contudo, do ponto de vista qualitativo, os relatos biográficos, pese embora comporem apenas 14.28% da obra, são também objetivos primordiais do autor. Além dos capítulos de cariz biográfico propriamente ditos, que são 15 num total de 105, Zurara usa, ao longo de toda a CTC, vários episódios para veicular imagens poderosas sobre os protagonistas. O infante D. Henrique emerge como o grande herói da conquista de Ceuta, ofuscando mesmo o pai, D. João I e o irmão D. Duarte, herdeiro do trono. Simultaneamente, a importância do infante D. Pedro é diminuída ou mesmo obliterada por Zurara. A crónica foi escrita em 1449, no rescaldo imediato da Batalha de Alfarrobeira e da derrota do regente, o que terá forçosamente levado Zurara a reescrever partes da CTC referentes ao infante<sup>47</sup>.

No tocante à parenética, Zurara usou a estratégia de (re)construir os discursos e sermões de várias personagens importantes, com Fr. João de Xira à cabeça<sup>48</sup>. Os sermões e discursos públicos pautam-se pela longuidão e profundidade. Isabel Duarte frisa a abundância, na CTC, de relatos de discursos diretos e indiretos, sobretudo proferidos por grandes figuras do reino. Em contraponto, os discursos anónimos são escassos em Zurara<sup>49</sup>. Segundo o nosso entender, Zurara (re)constrói discursos, diálogos e sermões de forma a transmitir ideias pela boca de terceiros, uma estratégia

---

<sup>47</sup> Baquero Moreno afirma que Alfarrobeira pôs fim a uma crise social que se iniciara com a revelação do testamento de D. Duarte; ver Moreno (1973, p. 663).

<sup>48</sup> Pereira (ed. 1915, cap. LII).

<sup>49</sup> I. Duarte (2002, pp. 207-208).

historiográfica conhecida<sup>50</sup>. Os sonhos e as profecias são também (re)criações de discursos diretos e indiretos de terceiros, nos quais o autor veicula ideias e imagens. A astrologia e astronomia são usadas de forma ubíqua pelo autor como presságio dos acontecimentos na CTC, quer sejam em grande ou pequena escala. A menção a eclipses e toda a sorte de fenómenos naturais, antecedendo qualquer evento importante na CTC, é feita por Zurara à luz de uma conceção providencialista, onde a história se desenrola dentro de um plano divino prévio<sup>51</sup>. Pelo contrário, Fernão Lopes pouco uso faz da astronomia e astrologia na sua obra, com algumas exceções, nomeadamente no nascimento de Nun'Álvares Pereira e numa espécie de profecia sobre a ascensão do rei D. Fernando<sup>52</sup>.

Como acima afirmamos, a CTC compõe-se tematicamente de dois grandes blocos. Do ponto de vista ideológico, discernimos dois grandes objetivos: o primeiro é o relato dos belos feitos de armas em Ceuta; o segundo é o panegírico ao infante D. Henrique. A exaltação do infante D. Henrique serve também um propósito legitimador da casa de Avis. A imagem do infante que emerge na pena de Zurara é a de um santo, um estratega brilhante, um príncipe modelo e um cruzado fervoroso<sup>53</sup>. Tais representações tornam o Infante uma figura carismática que legitima a sua dinastia no momento político delicado pós-Alfarrobeira. Este acontecimento provocou um *volte face* na política interna e fez triunfar o partido que favorecia a continuação da expansão norte-africana, do qual o Navegador era o principal expoente. O panegírico ao Infante funciona assim para legitimar tanto a casa de Avis como a política de expansão defendida por D. Afonso V, o patrono de Zurara. O mesmo propósito norteou a escrita da CG, CPM e a CDM. As quatro crónicas atribuídas a Zurara têm como motor ideológico legitimar a dinastia de Avis e a expansão marítima, elevando ao estatuto heroico personagens como D. Henrique, D. Pedro de Meneses e D. Duarte de Meneses<sup>54</sup>.

Além do Infante D. Henrique, a rainha D. Filipa é também representada como um modelo de virtudes: religiosa, dedicada aos jejuns, à esmola e à oração. Zurara sugere que ela é um elemento agregador entre os infantes, porque todos os filhos lhe parecem devotar um grande respeito<sup>55</sup>. Por outro lado, D. Filipa e D. João I são representados como um casal modelo e unido por sincero afeto. Por exemplo, Zurara conta como D. João I se recusa a contar a D. Filipa a decisão final do conselho respeitante a Ceuta, para evitar que o seu estado de saúde, já frágil, se degrade<sup>56</sup>. Além disso, nem Zurara nem Fernão Lopes

---

<sup>50</sup> Signes Codoñer in Börm (2015, p. 308).

<sup>51</sup> Por exemplo, a menção a um eclipse da lua em Ceuta pouco antes da conquista portuguesa; Pereira (ed. 1915, cap. LVIII, p. 172). Joaquim de Carvalho frisa como Zurara foi um distinto astrólogo, Carvalho (1949, pp. 187-191).

<sup>52</sup> Sobre o nascimento de Nun'Álvares, ver Lopes (2017, cap. XXXIII, p. 75); sobre a profecia de D. Fernando, ver Amado, Nunes & Costa (ed. 2017, cap. XLI, pp. 185-186). Desenvolveremos esta questão mais à frente.

<sup>53</sup> Aguiar (2016, pp. 62-63); Bertoli (2007, p. 3).

<sup>54</sup> Miguel Aguiar sublinha como as crónicas de Zurara funcionam como espelhos de nobres com fins pedagógicos; ver Aguiar (2016, p. 55).

<sup>55</sup> Pereira (ed. 1915, cap. XLVI, pp. 141-146).

<sup>56</sup> Pereira (ed. 1915, cap. XXI, pp. 66-68).

atribuem a D. João I qualquer filho bastardo após casar com a rainha. A dinastia de Avis é representada como um arquétipo de família régia ideal, pautada pela união e afeto entre os vários membros<sup>57</sup>. A narrativa hagiográfica que Zurara cria para D. Filipa tem também como objetivo final exaltar D. Henrique e, por conseguinte, a política de expansão. No capítulo XX, onde se faz o panegírico da rainha, ela é colocada por Zurara a defender a cruzada contra o Islão: «uia gramde ódio aos jmfiees e nom he duuida que o lftante Dom Hamrrique seu filho ouue aquella meesma impressam demtro no seu uentre»<sup>58</sup>. Zurara liga especificamente a posição de D. Henrique perante a expansão à perspectiva de sua mãe.

Se cruzarmos este capítulo com o *Leal Conselheiro* de D. Duarte, deparamos com a existência de três posições na coroa sobre o tema da expansão. A primeira é transmitida pelo regente D. Pedro, que defende, acima de tudo, uma expansão de cariz comercial e vê a guerra apenas como último recurso. O regente aponta também que a conversão à fé cristã deve ser feita, antes de mais, pela pregação<sup>59</sup>. Uma segunda posição, defendida pelo infante D. Henrique, entende a guerra contra os mouros como justificada e o melhor serviço a ser prestado a Deus<sup>60</sup>. Uma terceira posição, sustentada pelo rei D. Duarte é, de certo modo, “híbrida”, defendendo, por um lado, que é serviço de Deus guerrear pela fé, mas advogando, por outro lado, a necessidade de poupar os inocentes, os que se queiram converter voluntariamente, e de pregar a fé de forma pacífica<sup>61</sup>.

Se confrontarmos estes exemplos com o ataque verbal que Zurara faz, no capítulo IV, sem nomear diretamente os destinatários, mas cujo alvo é, sem dúvida, o regente D. Pedro, percebemos o intuito, por parte do autor, de defender a expansão militar numa altura em que esta era alvo de acirradas críticas depois do chamado “desastre de Tânger” e da morte do Infante Santo em 1443. Veja-se: «*E posto que alguíjs neizeos e couardos digam que a guerra dos mouros nam he o mayor seruiço que a Deos pode seer feito per os seus fiees christãos erram grauemente*»<sup>62</sup>. Quando Zurara escreve a CTC, apenas seis anos se passaram sobre a morte de D. Fernando em Fez, um acontecimento que marcou emocionalmente a sociedade portuguesa do seu tempo e fortaleceu a oposição à política de conquista de além-mar. D. Filipa defende a guerra aos mouros como o maior serviço a Deus que pode haver. O seu exemplo de santidade é construído na CTC através de episódios que mostram a sua devoção religiosa, como a descrição da sua prática constante de jejuns, orações e caridade. Zurara afirma também que o

---

<sup>57</sup> Cintra, Freire & Entwistle (ed. 1977, caps. CXLVII-CXLVIII).

<sup>58</sup> Pereira (ed. 1915, cap. XX, p. 142).

<sup>59</sup> *Livro dos Conselhos de D. Duarte* (Dias, ed. 1982, pp. 37-49).

<sup>60</sup> *Livro dos Conselhos de D. Duarte* (Dias, ed. 1982, pp. 116-120).

<sup>61</sup> *Livro dos Conselhos de D. Duarte* (Dias, ed. 1982, pp. 123-128).

<sup>62</sup> Pereira (ed. 1915, cap. IV, p. 15). O Infante D. Fernando morreu em 5/6/1443; ver Amaral (2008, p. 30).

Navegador era o filho preferido de D. Filipa, tal como já antes o afirmara para D. João I<sup>63</sup>.

A preferência dada pelos pais a D. Henrique funciona como estratégia de exaltação do infante. A conduta religiosa exemplar confere à rainha uma autoridade moral que Zurara usará para “desempatar” a questão a favor da expansão. Não por acaso, o autor descreve, de forma poderosa, o ascendente que esta possuía sobre os filhos, que se recusam, por exemplo, a avançar para Ceuta sem obter autorização da mãe<sup>64</sup>. Ao colocar na boca da rainha a defesa da posição de D. Henrique, o cronista legitima a política de conquista. Tal como a parenética de Fr. João de Xira será utilizada a favor da expansão, as representações de santidade de D. Filipa e a preferência dos pais por D. Henrique servirão o mesmo propósito<sup>65</sup>.

Do ponto de vista ideológico, podemos ainda subdividir a CTC em cinco grandes objetivos discursivos: 1) relatar os belos feitos de armas, com vista a exaltar a emergente dinastia de Avis e a nobreza que participou na tomada de Ceuta; 2) criar espelhos de príncipes e nobres, dirigidos ao público cortesão e com um objetivo pedagógico; 3) preservar a memória dos feitos da nobreza no norte de África, de modo a permitir que D. Afonso V pudesse recompensar os seus descendentes; 4) defender a política de conquista militar contra o partido do regente D. Pedro; 5) promover de figuras como o infante D. Henrique e D. Filipa, com propósitos legitimadores de uma dinastia ascendente. No discurso de Zurara ecoa assim, por um lado, um cronista da cavalaria, cujo objetivo é exaltar os belos feitos de armas, para que sejam recordados e emulados<sup>66</sup>. Por outro lado, cruza-se neste discurso a voz de um cronista régio, guardador-mor da Torre de Tombo e encarregue de escrever uma crónica com propósitos legitimadores sobre o grande feito da dinastia de Avis após a conquista do trono em 1385.

Zurara tinha apenas cinco anos quando se deu a conquista de Ceuta. Quando começou a escrever a CTC, decorriam 34 anos sobre os factos, e a maioria dos protagonistas tinham já falecido. O relato do Infante D. Henrique torna-se a fonte primordial da CTC, à qual se somam outros testemunhos e relatos, diretos e indiretos, sobretudo das grandes personalidades do reino que participaram na conquista. O autor concebia a história como o relato dos feitos de grandes homens, daí a grande relevância dada na CTC aos testemunhos diretos provindos de altos membros da nobreza<sup>67</sup>. As vozes populares ou anónimas são escassas em Zurara<sup>68</sup>. Rodrigo Lapa nota que Zurara

---

<sup>63</sup> Veja-se «Bem mostrou a Rainha em aquellas pallauras, que assy disse ao Iffamte Dom Hamrrique, que o amaua espiçialmente.» Pereira (ed. 1915, cap. XLII, pp. 129-130).

<sup>64</sup> Pereira (ed. 1915, cap. XX, pp. 62-66).

<sup>65</sup> Rodrigues (2021, pp. 101-103); Pereira (ed. 1915, cap. LII, pp. 156-160).

<sup>66</sup> Aguiar (2018, p. 5).

<sup>67</sup> Cabanas (2004, p. 167); Aguiar (2018, pp. 4-5).

<sup>68</sup> I. Duarte (2002, pp. 207-208).

individualiza os heróis e o protagonismo dos grandes feitos, por contraponto a Fernão Lopes que fez emergir o povo-miúdo como um herói coletivo na sua trilogia<sup>69</sup>. O testemunho do infante D. Henrique revestiu-se de grande importância para a recriação de boa parte dos episódios da crónica, sobretudo em tópicos como os debates na corte régia, e nas grandes façanhas de armas na praça de Ceuta. A diplomacia que antecedeu a conquista de Ceuta revestiu-se de enorme secretismo<sup>70</sup>, e os debates no conselho régio ficaram em segredo absoluto, a tal ponto que, com exceção dos que participaram nele, ninguém mais sabia em Portugal nem no estrangeiro que se concebia um ataque a Ceuta. A reconstrução destes debates é feita com um grau de detalhe que sugere o acesso a uma fonte interna que teria participado diretamente nas discussões, muito provavelmente o infante D. Henrique, um dos poucos membros do conselho régio que ainda vivia em 1449.

Além da fonte testemunhal, o cronista recorreu a fontes orais, como lendas e mitos, para reconstruir diálogos, discursos e episódios dignos de serem recordados. Um exemplo é a profecia moura sobre a destruição de Ceuta<sup>71</sup>. Num longo capítulo, Zurara conta as profecias mouras que circulavam sobre uma futura conquista de Ceuta pelos cristãos. Este capítulo constitui uma espécie de analepse, onde o autor recua no tempo para legitimar a conquista de Ceuta a partir do lado mouro, que é colocado por Zurara a defender que a queda da cidade fora decidida de antemão pela Providência. Esta estória é contada com vivacidade e cor, retratando de forma pitoresca um típico quotidiano muçulmano do Norte de África. Zurara denota nestas passagens um conhecimento considerável da cultura e quotidiano magrebinos, e usa estratégias literárias como o recurso ao miraculoso, sobretudo de tipo onírico, para criar emoção e persuadir o leitor.

Este capítulo está pautado por constantes analepses e prolepses no relato das lendas proféticas, lendas essas que começam com a conquista da Península Ibérica pelos mouros em 711 e se foram “reciclando” em várias versões até à queda de Ceuta em 1415. Usando a estratégia de transmitir ideias pela boca de terceiros, Zurara coloca o lado mouro a conformar-se com a queda de Ceuta, porque assim fora prevista por Deus. O uso do sobrenatural, os constantes saltos no tempo e espaço onde decorre a ação e o cariz algo errático e incoerente das lendas sugerem que se tratava não de relatos coesos do ponto de vista narrativo e com origem numa tradição historiográfica erudita, mas sim de lendas populares que circulariam nas populações magrebins. De certo modo, as lendas e profecias enquadram-se na categoria de testemunhos indiretos, e servem de fonte à CTC porque são veiculados pela *vox populi*, dando conta do estado de espírito ceutense aquando da queda da cidade, segundo a versão de Zurara. O lado muçulmano não tem propriamente voz na CTC, mas Zurara procurará descrever as reações mouras à perda da cidade, mostrando o choque e desorientação momentânea que se abate

---

<sup>69</sup> Rodrigo Lapa *in* Cabanas (2004, p. 167, nota de rodapé nº 1).

<sup>70</sup> Pereira (ed. 1915, caps. XXVIII-XXXIV).

<sup>71</sup> Pereira (ed. 1915, cap. LVIII, p. 174).

sobre os locais quando são apanhados de surpresa com o ataque português<sup>72</sup>. Estes momentos constituem raras incursões na visão ceutense dos acontecimentos e das poucas vezes em que os locais “ganham voz”.

O autor usou também fontes documentais, às quais teria acesso através da Torre do Tombo, na qual já trabalharia ainda antes da sua nomeação oficial como guarda-mor em 1454. As fontes documentais abarcam a correspondência oficial, leis, atas do conselho régio e documentação arquivística de toda a sorte, que o autor consultou, nomeadamente para redigir as matérias concernentes à diplomacia e logística militar<sup>73</sup>. No tocante às fontes literárias utilizadas, discernimos três categorias de textos: textos historiográficos sobre a conquista de Ceuta, que Zurara incorporou em alguns momentos na CTC e que constituem *fontes primárias* do relato; as Escrituras, obras da Patrística e da filosofia clássica, que constituíram o suporte moral e ideológico da crónica, funcionando para Zurara como *modelos*; crónicas, textos memorialísticos e lendas árabes, que o cronista usou fundamentalmente para (re)construir a reacção muçulmana à conquista de Ceuta e que funcionam também como *fontes primárias*.

Na condição de guardador da Livraria Real, o cronista pôde aceder a um vasto leque de textos clássicos<sup>74</sup>. Sendo clérigo, o pendor religioso é constante na obra de Zurara. Por outro lado, as suas citações de clássicos e autoridades geram uma certa disputa na comunidade historiográfica. Autores como Francisco Esteves Pereira atribuem a Zurara um pensamento e erudição profundos, apontando as constantes citações de clássicos como prova de uma formação esmerada, mesmo tardia<sup>75</sup>. Segundo Joaquim de Carvalho, Gomes Eanes de Zurara chegou à idade adulta sem instrução literária<sup>76</sup>, argumentando esse autor que o estilo dispersivo de Zurara, primando pela retórica ao invés da lógica, sugere uma formação autodidata, apontando ainda como o cronista cita textos da Patrística partindo de resumos e sistematizações feitas por Egídio Romano e outros autores, e não por conhecimento em primeira mão dos mesmos<sup>77</sup>.

De facto, um dos traços idiossincráticos da CTC é citação profusa de toda a sorte de textos. O autor recorre a uma abundância de citações em todos os capítulos dessa sua obra, com predomínio dos Padres da Igreja e dos autores romanos. Na CTC, Zurara citou praticamente todos os livros da *Bíblia*<sup>78</sup>. Citou também o “Pastor de Hermas”, um apócrifo que não faz parte do cânone bíblico, mas que foi grandemente divulgado na

---

<sup>72</sup> Pereira (ed. 1915, cap. LXXXIX, pp. 237-241).

<sup>73</sup> Torquato de Sousa Soares crê que Zurara trabalharia na chancelaria régia ainda no reinado de D. Duarte porque ele afirma ter consultado nessa época requerimentos do infante D. Henrique; ver Soares (1960, pp. 289-292).

<sup>74</sup> Pereira (ed. 1915, caps. XI-XXVI).

<sup>75</sup> Pereira (ed. 1915, caps. XVI-XVII).

<sup>76</sup> Carvalho (1949, pp. 70-71).

<sup>77</sup> Carvalho (1949, pp. 80-83).

<sup>78</sup> Para as fontes de Zurara na CTC, seguimos de perto, Pereira (ed. 1915) e Carvalho (1949).

Idade Média. Dos Padres da Igreja, o cronista citou também S. Agostinho, S. Jerónimo, S. Tomás de Aquino entre outros. Dos autores clássicos, citou extensamente, no âmbito da filosofia, Aristóteles e Platão, Egídio Romano, Avicena, *etc.* No que toca a historiadores e lembrando apenas alguns nomes, o cronista fez uso de Homero, Flávio Josefo, Heródoto e S. Isidoro de Sevilha. No tocante à astronomia, cartografia e “livros de viagens”, por assim dizer, Zurara conheceu as obras de Ptolomeu, Marco Pólo e Alfragani, entre outros.

Zurara conheceu também Boccacio e Dante mas, com algumas exceções, não fez grande uso da poesia na sua obra. Segundo Joaquim Carvalho, há poucas citações de autores portugueses neste cronista, mas tais referências permitem conhecer obras que hoje estarão perdidas, tais como os escritos de Martim Afonso de Melo, de Afonso Cerveira, Vasco Lobeira e Juda Negro<sup>79</sup>. Quanto aos textos memorialísticos e lendas árabes, notamos que Zurara cita histórias, crónicas e lendas árabes, mas nem sempre refere concretamente quem são os autores, salvo algumas exceções, embora sendo é visível que consultou literatura e documentação árabe<sup>80</sup>.

O autor mostra um conhecimento geográfico profundo da África então conhecida. Esta compunha-se, no imaginário europeu tardo-medieval, de uma área abrangendo os reinos islâmicos do Norte de África, o Egipto mameluco, o reino cristão da Etiópia e algumas das terras subsaarianas adjacentes ao Magrebe<sup>81</sup>. A conquista de Ceuta terá permitido o acesso a arquivos e livrarias da cidade, pelo que se supõe que o cronista terá aí acedido a documentação ceutense, aquando das suas viagens. O autor viajou também para o Norte de África, com o propósito de conhecer em primeira mão a região e coletar informações de tipo geográfico, toponímico e histórico<sup>82</sup>, e a sua exatidão nesta matéria é considerável. A discussão sobre as fontes de Zurara tem estado centrada sobretudo na prova testemunhal e oral que o autor utilizou; contudo, nem sempre se destaca o conhecimento geográfico que o cronista possuía sobre o Magrebe e que constituiu um recurso vital para a matéria norte-africana que escreveu. Em virtude disto, há poucos estudos sobre a sua utilização de fontes geográficas e toponímicas. Recentemente, esta situação tem vindo a inverter-se com alguns trabalhos inovadores, dos quais destacamos a investigação arqueológica nos povoados marroquinos descritos pelo cronista, da qual resultaram trabalhos publicados por Cláudia Barros<sup>83</sup>. Segundo a

---

<sup>79</sup> Carvalho (1949, p. 168).

<sup>80</sup> Veja-se, por exemplo, o capítulo em que Zurara narra as divisões entre os mouros. Ver Pereira (ed. 1915, cap. LVIII, pp. 171-174).

<sup>81</sup> Barbosa (2017, pp. 82-83).

<sup>82</sup> King (ed. 1978, p. 38).

<sup>83</sup> Barros (2021, pp. 77-235). Segundo a autora, em comunicação feita ao Grupo de Cronística da FLUP, em 27 de junho de 2022, devido à situação causada em 2020 pela COVID-19, não foi possível continuar a investigação arqueológica, que ficou suspensa. Contudo dos povoados que foi possível analisar (3), pôde concluir-se pela exatidão das descrições de Zurara no tocante à geografia e toponímia marroquinas. Ver Barros (2022).

autora, a CTC apresenta considerável exatidão nas descrições do clima, relevo, toponímia e cultura das praças norte-africanas.

### **Zurara ou Fernão Lopes? A autoria da Crónica da Tomada de Ceuta: debate e reflexão**

A hipótese da autoria lopesiana da CTC assenta essencialmente em cinco grandes argumentos. O primeiro, é que a crónica foi redigida enquanto Fernão Lopes ainda era oficialmente cronista-mor, por isso teria sido ele o seu autor, apesar de ter acabado por ser atribuída a Zurara. O segundo argumento invocado é a escassez de tempo que Zurara teria tido para escrever a CTC, nomeadamente pouco mais que um ano. O terceiro argumento prende-se com a constante menção que Zurara faz ao «autor» da CTC, referindo-se-lhe não raras vezes na terceira pessoa do singular, como se o escritor da obra fosse outrem que não o cronista. O quarto argumento tem a ver com as similaridades entre a trilogia lopesiana e a CTC, no tocante ao estilo, temas, uso de fontes e ideologia/discurso. O quinto argumento centra-se no afastamento de Fernão Lopes após a batalha de Alfarrobeira<sup>84</sup>.

As razões expostas não são esgrimidas em simultâneo por todos os defensores desta autoria alternativa. Alguns subscrevem apenas certos argumentos, e de forma parcial. A primeira e, quiçá, principal divisão no campo da “hipótese lopesiana” é entre os que defendem *per si* uma autoria lopesiana da CTC, assente em elementos de cariz estilístico e ideológico; e entre os que defendem que, por diversas razões, Zurara não pode ser o autor da obra e, por exclusão de partes, apontam Fernão Lopes como a hipótese mais provável. O primeiro grupo aponta as similaridades de discurso, ideologia, estilo e uso de fontes entre a CTC e a trilogia de Fernão Lopes, ao passo que o segundo grupo deteta problemas de fundo com a atribuição da CTC a Zurara, tais como a datação da obra e as referências ao autor na terceira pessoa do singular. Há também uma clivagem entre os que propõe que a CTC é uma crónica lopesiana na totalidade, apenas com poucos acrescentos de Zurara, e os que defendem que a obra atual é uma versão alargada de uma crónica original de Fernão Lopes. Esta última posição divide-se por sua vez em dois subgrupos. Os que advogam que a CTC é uma versão alargada de uma crónica lopesiana, e os que defendem que se trata de uma refundição total de um texto original do autor da CDJ.<sup>85</sup> Passemos à análise dos argumentos.

O *primeiro argumento* coloca a questão da autoria da CTC a partir da estranheza do facto de se entregar a sua redação a Zurara, quando Fernão Lopes era ainda cronista-mor. Zurara só será oficializado como cronista-mor em 1454, cinco anos após a escrita da CTC. Contudo, tal situação não é excecional. A CP1419 surge como exemplo de uma

---

<sup>84</sup> Ver as páginas 117-118 deste trabalho.

<sup>85</sup> Ver as páginas 117-118 deste trabalho.

crónica régia escrita ainda antes da oficialização do seu autor no cargo de cronista-mor<sup>86</sup>.

Esta obra encontra-se entre as mais disputadas, ao nível da autoria, na historiografia portuguesa, e um dos critérios invocados para negar a autoria lopesiana da CP1419 prende-se precisamente com o facto de Fernão Lopes só ter sido nomeado cronista-mor em 1434. Contudo, o próprio autor faz sistematicamente referência a um primeiro volume que escreveu antes da trilogia, fazendo remissões precisas a temas que aí cobriu «E porque dos filhos que ouve, e de quem, e per que guisa, ja compridamente avemos falado...»<sup>87</sup>. A isto, somam-se as similaridades a nível estilístico e no uso de fontes que apontam, em nossa opinião e na de vários autores, para que Fernão Lopes seja de facto o autor da CP1419<sup>88</sup>. Assim sendo, um cronista poderia redigir uma obra ainda antes de ser nomeado formalmente para o cargo de cronista. No caso da CTC, o próprio autor afirma que começou a escrever 34 anos após a conquista de Ceuta, ou seja em 1449<sup>89</sup>. Contudo, o cronista-mor tão pouco trabalhava sozinho, rodeando-se de uma equipa de colaboradores que o auxiliavam na tarefa. Considerando a idade avançada de Fernão Lopes e o atraso que já existia na produção das crónicas régias, não é de todo despiciendo equacionar a hipótese de que, em 1449, ainda sendo ele cronista-mor, o rei D. Afonso V tenha encarregado Zurara de escrever os feitos de Ceuta.

O próprio rei, em carta trocada com Zurara em 1467, confirma que a obra é deste cronista, ao referir como apreciou ler os feitos de Ceuta, cujo autor não identifica com Fernão Lopes, cronista-mor em 1449, mas sim com o destinatário da missiva: «porque ajnda que os feitos de Cepta sejam assaz de rrezentes: *depois que eu vi a coronica que vos delles escreuestes*»<sup>90</sup>. Já antes disso, numa carta de quitação datada de 14/7/1452, D. Afonso V escrevera «*Gomez Eanes da Zurala* nosso criado comendador dAlcãjz *autor dos feytos notauées de nossos rregnos...*»<sup>91</sup>. Nessa data, contudo, oficialmente, Fernão Lopes era ainda o cronista-mor, e já o rei refere Zurara como escritor dos feitos do reino! O próprio Zurara atribui a Fernão Lopes a CP1419, ou pelo menos, um volume sobre os primeiros reis de Portugal que só pode ter sido escrito antes de 1434, logo antes da nomeação do primeiro cronista-mor<sup>92</sup>. Torquato de Sousa Soares aponta um detalhe curioso. Em 1449, o mesmo ano em que se escreve a CTC, o rei D. Afonso V dá uma tença a Fernão Lopes pelo trabalho que ainda «*faria*» nas crónicas régias<sup>93</sup>. O autor aponta

---

<sup>86</sup> Calado (1998); Moreira (2013).

<sup>87</sup> Macchi & Amado (ed. 2007, cap. I, p. 7).

<sup>88</sup> Ver Moreira (2013); Basto (1959). Explicámos a nossa visão sobre a CP1419 mais em detalhe na nossa tese de mestrado, ver Russo (2019, pp. 113-117).

<sup>89</sup> Pereira (ed. 1915, cap. II, p. 11).

<sup>90</sup> A carta data de 21/11/1467 e está transcrita nos apêndices da edição de Pereira (ed. 1915, pp. 305-37).

<sup>91</sup> Pereira (ed. 1915, p. 288).

<sup>92</sup> Pereira (ed. 1915, cap. III, 12-13).

<sup>93</sup> Soares (1960, p. 291). O itálico é nosso.

que a explicação para o facto de o rei dar uma tença a Fernão Lopes por crónicas que fosse escrever no futuro, após ter já confiado a CTC a Zurara, dever-se-ia provavelmente a que este documento seria apenas a confirmação de uma carta anterior. Estes são exemplos que demonstram que a nomeação oficial como cronista nem sempre coincide *de facto* com o tempo de produção das crónicas régias. Ao longo da sua vida, Fernão Lopes recebeu tenças que foram confirmadas por cartas posteriores. E inversamente, Zurara já trabalhava como cronista régio antes da sua oficialização no cargo em 1454. Por isso a data da nomeação do cargo de cronista-mor não pode ser um argumento decisivo.

Que Fernão Lopes tenha escrito alguns materiais sobre Ceuta afigura-se-nos como lógico, considerando que, num primeiro momento, o mais provável fora que viesse a escrever a terceira parte da CDJ. Há inclusive, em nosso entender, pelo menos uma passagem na CDJ, escrita a propósito da política fiscal de D. João I, em que Fernão Lopes remete para um futuro volume onde contaria os feitos de Ceuta «E quando ordenou de tomar Cepta, *segundo adeante ouvirees...*»<sup>94</sup>. Tal sugere que Fernão Lopes tinha já preparado algum texto ou rascunho sobre a conquista de Ceuta. Contudo, a remissão para uma obra futura, se serve para atestar uma intenção, é, estamos em crer, amostra pequena demais para se concluir pela existência de um volume inteiro escrito pelo autor. Apenas se pode especular sobre algumas passagens redigidas por Fernão Lopes, mas não uma obra completa.

O *segundo argumento* centra-se na problemática questão do tempo de escrita da CTC. A CDJ2 foi terminada entre 1443 e 1449, e não se podia poder arrancar com a CTC/CDJ3 antes de concluir a CDJ2<sup>95</sup>. Como a segunda parte se concluiu já próximo de 1449, poder-se-á argumentar que restava pouco tempo para a redação final da CTC. Sendo assim, alguns defendem que já deveria existir um texto-base da CTC que foi escrito por Fernão Lopes, o qual Zurara teria alargado, mas mantendo no essencial a versão original<sup>96</sup>. Neste argumento, a hipótese lopesiana emerge mais pela negação da autoria zurariana do que pela existência de argumentos fortes a favor de Fernão Lopes. A impossibilidade de escrever uma crónica vasta e complexa em tão pouco tempo leva alguns a duvidar da autoria de Zurara. Em virtude disto, e por exclusão de partes, o melhor candidato à redação da CTC será Fernão Lopes, que era então o cronista-mor e escritor das anteriores crónicas régias.

Contudo, é necessário ter em consideração alguns aspetos cruciais. A CTC pauta-se por constantes referências a «cadernos» em que Zurara se baseia para escrever a crónica. As remissões internas e externas na CTC são de cariz generalista, por vezes algo imprecisas, o que sugere uma obra ainda à espera de uma redação final, mais

---

<sup>94</sup> Amado, Nunes & Costa (ed. 2017, cap. XLIX, p. 105).

<sup>95</sup> Sobre a datação da trilogia lopesiana, ver Amado (1997, pp. 53-58).

<sup>96</sup> Ver páginas 117-118 deste trabalho.

aperfeiçoada: veja-se «Mujtas vezes falley nos capitullos antes deste...»<sup>97</sup>. Ora as remissões características de Fernão Lopes são precisas, referindo claramente o ponto de origem ou de destino para que remete, como se vê na referência futura aos feitos de Ceuta que acima citámos. A elegância e precisão das remissões e frases de ligação é um dos traços idiossincráticos da obra lopesiana<sup>98</sup>, e a trilogia demonstra uma coerência interna notável, ao nível das remissões internas, das frases de ligação, no uso das analepses e prolepses de forma coerente, sem erros nem imprecisões<sup>99</sup>.

Verifica-se, na CTC, que as frases de ligação e as remissões são imprecisas, sugerindo por vezes que a obra atual não seria a redação final, mais sim um texto que ainda carecia de uma revisão textual que acabou por não se concretizar. E aqui reside um detalhe fundamental, em nosso entender. A coerência interna da trilogia lopesiana é possível não só pelo talento de Fernão Lopes, mas pelo tempo de que dispôs para a escrever. A trilogia arranca em 1434 e termina em 1449 no máximo. Trata-se de um período de 15 anos para escrever quatro obras (a CDP, CDF, CDJ1 e CDJ2). Fernão Lopes pôde dispor de vastos recursos, nomeadamente o acesso privilegiado à Torre do Tombo e à livraria real, além de um considerável período para a escrita. Tal refletir-se-á na qualidade da sua escrita e na redação final da sua trilogia.

Pelo contrário, o autor da CTC teve de escrever a obra em tempo recorde, após D. Afonso V ter ordenado a sua composição, frisando o atraso considerável em que estavam as crónicas régias. Pelas palavras do rei, pode deduzir-se que não existiria, no ano de 1449, quando arrancou a escritura da CTC, uma obra sobre os feitos de Ceuta e sobre a parte final do reinado de D. João I que estivesse pronta ou quase terminada; caso contrário a ordem de D. Afonso V não faria sentido. Se Fernão Lopes tivesse a terceira parte da CDJ praticamente terminada ou pelo menos adiantado uma parte considerável, não faria sentido D. Afonso V falar na urgência de concluir as crónicas régias. É precisamente o carácter de urgência de que se reveste a escrita da CTC, em pouco mais que um ano, que explicará vários dos seus traços literários mais “problemáticos” por assim dizer: remissões e frases de ligação vagas, referência constante a um “autor” na terceira pessoa do singular, referência ubíqua aos “cadernos” como fonte, omissão de algumas personagens importantes e dependência excessiva das fontes testemunhais. Numa obra que dispusesse de mais tempo para a escrita, teria sido possível fazer um texto final cuja redação apurasse mais as remissões internas e externas, assim como as frases de ligação, de forma a gerar uma elevada coerência intertextual. A referência constante aos “cadernos”, materiais de trabalho de Zurara, deve-se quiçá à falta de uma última revisão textual que permitisse clarificar quais as fontes que precisamente o cronista está a citar.

---

<sup>97</sup> Pereira (ed. 1915, cap. LII, p. 156).

<sup>98</sup> Analisamos em mais detalhes esta questão na nossa tese de mestrado, ver Russo (2019, pp. 43-45). Sobre a analepse e o entrelaçamento em Fernão Lopes, ver as páginas 118 e 119 deste trabalho, nota de rodapé 36.

<sup>99</sup> Monteiro (1988, p. 82).

Além disso, Fernão Lopes faz uso recorrente do plural majestático tanto nas frases de ligação como no diálogo com o leitor: «E porque dos filhos que ouve, e de quem, e per que huia, ja compridamente avemos falado...»<sup>100</sup>. Este é um traço idiossincrático da trilogia. Já o autor da CTC não raro usa o “eu”, quer em frases de ligação, quer em vários momentos em que dialoga com o leitor. Veja-se por exemplo «Já *me* parece que tenho tempo de leixar estas coisas, e falar nas outras...»<sup>101</sup>, e esta reflexão «Nom sey diz o autor, se falle aqui como gemitio mas por certo eu pemsso...»<sup>102</sup>. Estas são diferenças que nos parecem sugerir autores distintos para a CTC e a trilogia.

No tocante ao uso de testemunhos, a sua preponderância como fonte em relação às demais pode dever-se à pressão movida pela falta de tempo de consultar em mais detalhe os arquivos portugueses e ceutenses. Zurara tinha 39 anos em 1449, era ainda um autor jovem e por isso algo imaturo. A isto soma-se o facto de ter tido uma educação tardia, tendo aprendido a ler só no início da adolescência. Para todos os efeitos, em 1449, Zurara era um autor que começava a escrever a sua primeira obra, em tempo recorde e sobre pressão considerável para substituir um cronista marcante como Fernão Lopes. A referência constante a “cadernos” mostra que existiriam textos de cariz preparatório, quiçá esboços textuais ou entradas de tipo cronológico simples, que serviriam de base à escrita do autor.

Note-se, ainda, que Zurara nunca usa a expressão “volumes” ou “livros”, como era assaz comum para referir obras como crónicas ou anais, mas sim “cadernos”, que o cronista parece estar a seguir à medida que redige a CTC «*e as escreui em estes cadernos polia guisa que ao diante he conteúdo com tençam de as acreçentar ou minguar em quaaesquer lugares em que for achado per verdadeiro juizo que o merecem*»<sup>103</sup>. Isto sugere que estes cadernos são como que fichas de leitura (para usar uma terminologia moderna) que o autor usa para compor a sua redação e não alguma crónica prévia de Fernão Lopes. Se tal crónica completa existisse, porquê falar de urgência como menciona o rei D. Afonso V? Estamos em crer que existiriam materiais de trabalho, como sejam notas e entradas cronológicas que serviriam de apoio à redação, tendo permitido a Zurara escrever a CTC num tempo curto. Tais materiais poderiam ser também da autoria de Fernão Lopes, que terá possivelmente deixado algum trabalho preparatório, como é possível supor da remissão futura à tomada de Ceuta na CDJ; mas como acima afirmamos, se existisse algum texto-base adiantado, não faria sentido falar de urgência em acabar as crónicas. Além do mais, o argumento da “escassez de tempo” seria mais problemático se admitíssemos que Fernão Lopes é o autor da CTC. Se o cronista

---

<sup>100</sup> Macchi & Amado (ed. 2007, cap. I, p. 7). Teresa Amado fala de «auto-apagamento» de Fernão Lopes das suas crónicas devido às imposições do género crónica que exige uma «continuidade assegurada por cada narrativa», Amado (2007, pp. 133-134).

<sup>101</sup> Pereira (ed. 1915, p. 109).

<sup>102</sup> Pereira (ed. 1915, cap. XXXV, p. 112).

<sup>103</sup> Pereira (ed. 1915, cap. III, p. 13). Na CPM, Zurara referir-se-á à CTC como “vellume”; cf. Brocardo (ed. 1997, p. 187).

terminou a CDJ2 no máximo em 1449, restaria pouco tempo a Fernão Lopes para escrever a CTC em menos de um ano, tal como a Zurara. Se era impossível escrever a CTC em cerca de um ano para Zurara, o mesmo seria para Fernão Lopes.

Assumamos um período de três anos, pelo menos, como exigência para se escrever uma crónica complexa. Nos anos de 1440, Fernão Lopes escreverá três crónicas: CDF, CDJ1 e CDJ2. O arranque da CDJ2 seria então no máximo em 1446, terminando em 1449. Para Fernão Lopes ter escrito a CTC, então a CDJ2 teria de ter sido terminada pelo menos em 1446. Isto, se tivermos de contar com o período entre 1446-1449 para haver uma CTC/CDJ3 escrita por Fernão Lopes antes de Zurara. Contudo, se considerarmos que, nos anos de 1440, Fernão Lopes escreveu a CDF, a CDJ1 e a CDJ2, e que as quatro crónicas não só são vastas, como altamente complexas, mostrando um alto nível literário e de coerência textual interna, além do profundo cotejo de fontes e arquivos que o autor nelas sobejamente fez, é pouco provável que, entre 1440 e 1446 apenas, o cronista tenha escrito as três crónicas finais da trilogia. No período entre 1434 e 1449, Fernão Lopes redige a CDP, CDF, CDJ1 e CDJ2. Quinze anos para escrever quatro crónicas dá 3.75 anos para cada obra.

Alguns autores chegam a especular que Fernão Lopes escreveu rascunhos ou partes dos textos das futuras crónicas de D. Duarte e D. Afonso V<sup>104</sup>. Esta questão está além do escopo deste artigo e não pretendemos, por isso, deter-nos nela. Contudo, referimo-la a modo de reflexão. Quer Fernão Lopes tenha escrito apenas três crónicas na década de 1440, CDF, CDJ1 e CDJ2 respetivamente, quer tenha escrito também partes da CTC e das futuras crónicas de D. Duarte e de D. Afonso V, teve uma produção literária assinalável nesta década. Assim, o critério “escassez de tempo” colocar-se-ia para Fernão Lopes tanto como para Zurara.

A própria CTC alude, no capítulo III da CTC, ao assoberbamento de Fernão Lopes com a redação da CDJ2. Se a isto juntarmos o atraso considerável nas crónicas régias referido por D. Afonso V, estamos em crer que o requisito de falta de tempo acaba por, na verdade, fortalecer uma autoria zurariana da CTC em detrimento da lopeseana. Considerando que Fernão Lopes estava assoberbado na década de 1440 com a redação da trilogia, torna-se, em nossa opinião, mais credível que o rei tenha encarregado a feitura da CTC a um jovem cronista que estaria disponível para começar a escrever sem mais demoras, libertando Fernão Lopes desta tarefa. Isso poderia explicar o fim abrupto da CDJ2, que termina com um panegírico aos príncipes de Avis, falando das suas virtudes e casamentos e do tratado de paz de Ayllon, em 1411, ao invés de continuar com a matéria do reinado de D. João I<sup>105</sup>. Zurara arrancará a CTC a partir desta data, e alargará o espelho de príncipes da Inclita Geração, centrando-o sobretudo nas figuras do Infante D. Henrique e na rainha D. Filipa. A partir de então, será Zurara o autor da terceira parte da CDJ. A batalha de Alfarrobeira poderá ser um fator explicativo da urgência na

---

<sup>104</sup> Ver páginas 117-118 deste trabalho.

<sup>105</sup> Macchi & Amado (ed. 2007, caps. CLXXXIV-CCIII).

concretização da CTC, escrita entre 1449-1450, ou seja, no rescaldo deste confronto que ditou o triunfo do partido favorável à expansão. Uma situação que poderá justificar os aspetos problemáticos na redação da crónica, no tocante às remissões internas e as frases de ligação imprecisas.

A obra foi produzida em tempo muito curto, pressionada quiçá pelos acontecimentos de Alfarrobeira, o que terá impedido uma redação final mais apurada. Note-se ainda que, na CPM, Zurara faz constantes referências à CTC como sendo obra sua, assumindo mesmo claramente, numa passagem, que é autor dessa crónica: «*Depois que eu, muito allto primcipe, per vosso mandado ajumtey e escrevi a etemçom que ell rey don Joham, vosso avoo, ouve de filhar a çidade de Ceepta e desy como se assenhonorou dela*»<sup>106</sup>.

O *terceiro argumento* prende-se com as referências constantes que Zurara faz a um “autor” da CTC, na terceira pessoa do singular, como se fosse alguém distinto do próprio cronista: «Pareçeme diz *aquelle que escpreueo* esta estória...»<sup>107</sup>; ou «O çidade de Cepta diz o autor...»<sup>108</sup>. Estas referências ao “autor” levam alguns estudiosos a especular se a CTC será da autoria de Zurara. Estamos em crer que esta problemática do “autor” na CTC se articula com a menção constante feita por Zurara aos “cadernos”. A referenciação das fontes em Zurara segue duas estratégias. A primeira surge quando o cronista faz menção uma fonte célebre, por norma a Bíblia, os Padres da Igreja e os autores clássicos. Aí, é citado o autor e a obra, por exemplo «como escreuia sam Jerónimo em huúa epistolla a Nipoçiano...»<sup>109</sup>. Trata-se de fontes tidas como autoridades, na Idade Média, e a sua referenciação ganha em ser precisa. A segunda estratégia consiste em citar fontes anónimas ou não especificadas, destacando-se aqui as sistemáticas menções aos “cadernos” que usa como fonte primária. Zurara afirma em várias passagens que ele mesmo escreveu parte desses cadernos, mas em outros momentos, ao citá-los, menciona um “autor” na terceira pessoa do singular<sup>110</sup>. Isto gera confusão e leva alguns estudiosos a pôr em causa a sua autoria. A terminologia “cadernos” é para nós o elemento fulcral para aclarar esta polémica à volta do “autor” da CTC.

Os textos historiográficos medievais enquadram-se em várias tipologias e designações. Crónicas, histórias, estórias, anais, memórias, por exemplo, são alguns dos vários tipos de textos histórico-literários medievais. Contudo, não raro, na Idade Média, uma obra histórica é referida, num termo generalista e para efeitos de simplificação, como “livro” ou “volume”, nomeadamente quando se trata de uma crónica ou história composta por várias partes ou tomos. Zurara designa a trilogia de Fernão Lopes como

---

<sup>106</sup> Brocardo (ed. 1997, cap. II, pp. 177-178).

<sup>107</sup> Pereira (ed. 1915, cap. XIII, p. 42).

<sup>108</sup> Pereira (ed. 1915, cap. II, p. 10).

<sup>109</sup> Pereira (ed. 1915, cap. III, p. 12).

<sup>110</sup> Pereira (ed. 1915, cap. III, p. 13).

“livro” no singular, mesmo tratando-se de três crónicas, porque entende que compõe uma grande obra partida em três volumes, cujo objetivo é contar os feitos da guerra com Castela<sup>111</sup>. Contudo, o termo “caderno” é algo distinto e remete não para uma obra completa, mas sim para notas ou textos-rascunho que serviriam de suporte para o trabalho de um cronista. Em tais “cadernos” Zurara poderia ter acesso a trechos de outros autores sobre as várias matérias que iria cobrir. Ou poderia mesmo aí ter já um esboço de um texto final seu. Nos “cadernos” decerto teria as fontes que cita para cada matéria, que incluiriam também as referências às crónicas hoje perdidas que o cronista menciona. Zurara usa textos histórico-literários como fonte para a matéria que vai cobrindo, à medida que vai consultando os cadernos. Na passagem acima citada sobre os cadernos, torna-se claro que Zurara segue estes textos à medida que redige a CTC.

Sobre a problemática do “autor” cremos existirem duas grandes hipóteses a considerar. A primeira é que o “autor” pode ser uma referência imprecisa e generalista às fontes literárias que servem de base a certas matérias que Zurara cobre na crónica. Já acima apontámos que um dos traços idiossincráticos da CTC é o carácter vago na citação de fontes primárias, exceção feita às referências da Bíblia, Padres da Igreja e clássicos. O mesmo se pode afirmar para as remissões internas, externas e frases de ligação. Tal deve-se, estamos em crer, ao pouco tempo de que o cronista dispôs para compor a CTC. Isto por contraponto a Fernão Lopes, cuja citação de fontes é, como já vimos, bastante mais precisa. Aliás, em alguns momentos, Fernão Lopes chega mesmo a polemizar com as suas fontes, nomeadamente Ayala, cujas *Crónicas* servem de base a grande parte da trilogia. O Prólogo da CDJ1 arranca com uma crítica ao cronista castelhano que acusa de se deixar influenciar pela «mundanal afeição» do apego à sua terra<sup>112</sup>. Mesmo sem citar nomes, torna-se claro que o alvo é Ayala. O contraste com Zurara é claro, onde, com as exceções de autoridade que notámos, nomeadamente quando vêm em apoio de tomadas de posição ideológicas, as fontes tendem a ser citadas anonimamente. É nesse âmbito que se insere a referência de cariz geral ao “autor” na terceira pessoa do singular. No tocante à matéria muçulmana na CTC, Zurara cita em alguns casos a fonte ceutense que consultou, mas em outros apenas refere de forma genérica que cita algum documento ou autor, sem mais especificações.

Que Zurara tenha usado trechos de textos cronísticos, anais ou memórias, preservados em “cadernos”, para compor a CTC é algo que se nos afigura lógico, até porque o próprio cronista admite o uso de textos de pendor historiográfico como suporte para a sua redação final. J. Guimarães acredita que Zurara terá ampliado e revisto alguns materiais lopesianos sobre a tomada de Ceuta<sup>113</sup>. Contudo, para que a autoria da CTC não fosse sua, teria de se estabelecer primeiro que existiria um texto completo sobre os feitos de Ceuta, pertencente a Fernão Lopes e do qual Zurara fez uso;

---

<sup>111</sup> Pereira (ed. 1915, cap. III, pp. 12-13).

<sup>112</sup> Amado, Nunes & Costa (ed. 2017; prólogo, pp. 21-22).

<sup>113</sup> Guimarães (2019, p. 121).

ora tal nunca se provou na historiografia. A existência de rascunhos, cadernos de notas e textos preparatórios sobre Ceuta parece-nos provável, quer pelas remissões que Fernão Lopes faz sobre Ceuta quer porque o próprio Zurara alude a “cadernos”, alguns da sua autoria e que lhe serviram de fonte; mas talé distinto de existir uma anterior *Crónica da Tomada de Ceuta*. A isto acresce, pensamos nós, que se Zurara cita, sem qualquer problema, crónicas hoje perdidas, porque, não faria menção explícita da obra e cronista que estava a citar quando se tratava do “autor” da CTC? Em nosso entender, a menção ao “autor” remete para uma fonte genérica, quiçá um rascunho ou texto-base, e não, em si, para uma obra completa de um cronista conhecido. Se tal fosse o caso, estamos em crer que Zurara o citaria de forma explícita, porque tal reforçava a sua autoridade e veracidade.

Numa segunda hipótese, aventamos aqui a ideia de que o texto-base dos cadernos de que Zurara se serve e para o qual remete o afamado “autor”, seria um rascunho detido pela equipa de cronistas da corte avisina, liderada por Fernão Lopes. Esse rascunho não seria da pertença exclusiva de Fernão Lopes, porque a sua autoria seria coletiva. Seria um conjunto de rascunhos, cadernos e maços de notas que compunham quiçá um texto-base, assente em entradas cronológicas dos principais feitos de Ceuta e do qual Zurara se serviu para criar uma composição original. Este suporte conteria também as referências de crónicas conhecidas por Zurara mas hoje perdidas, e que ele menciona. Também conteria textos e redações originais compostas pela equipa de cronistas avisinos que preparavam a escrita final da CTC. No fundo, estes cadernos seriam uma espécie de redação-protótipo da CTC. Considerando o atraso nas crónicas régias em 1449 e a grande carga de trabalho que Fernão Lopes tinha com a redação da CDJ, achamos lógico equacionar se o velho cronista-mor não teria já, nos finais dos anos de 1440, entregue à sua equipa de cronistas a preparação de rascunhos para a escrita da terceira parte da CDJ. Como se trata de rascunhos de trabalho pertencentes a uma equipa de cronistas, a autoria é coletiva e, por isso, a fonte é citada como anónima; daí a referência genérica a “autor”, na terceira pessoa do singular, porque não faria sentido especificar quem redigiu concretamente cada passagem. Não se tratando de uma crónica finalizada, mas sim de “cadernos” de autoria coletiva, a individualização da fonte não faria sentido. De recordar que na Idade Média o conceito de autoria é distinto do atual. Kevin Perromat Augustín afirma:

... pues es más que arriesgado atribuir una intención de engañar (voluntas fallendi) a los escritores-autores (?)-practicaban lo que podríamos denominar una intertextualidad extrema, a partir de una praxis discursiva basada en la compilación, extracción y paráfrasis de textos canónicos (y, por lo tanto, pertenecientes al patrimonio público) o simplemente anteriores cuyos autores carecían de la dignidad de auctor (auctoritas)<sup>114</sup>.

Os autores praticavam um acentuado grau de intertextualidade entre si, tomando de empréstimo textos de terceiros, nomeadamente quando se tratava de equipas que

---

<sup>114</sup> Perromat (2014, p. 62).

redigiam uma obra. O facto de o próprio Zurara referir, por vezes, que ele mesmo é o autor de alguns destes cadernos contribui para se situar a origem destes textos na equipa de cronistas da corte régia, liderados por Fernão Lopes e do qual Zurara fazia parte. Isso explica que Zurara oscile entre citar os cadernos como seus ou como pertencentes a um “autor” genérico, considerando que ele teria escrito parte da respetiva matéria. Daí a confusão que se gera na CTC na referência do “autor” dos “cadernos”. Zurara seria um dos autores destes rascunhos, mas não o único. O cronista fazia parte da equipa que detém estes cadernos e faz por isso parte da autoria coletiva dos mesmos. Não há, pois, plágio ou apropriação de uma obra, por parte de Zurara, mas sim o uso de rascunhos comuns por parte de um dos cronistas da corte de Avis, para lhe conferir uma redação final completa. Assim, Zurara opta por um termo genérico, o de “autor”, para se referir à autoria dos cadernos que estruturam a sua redação. Trata-se apenas de uma hipótese, mas cremos que talvez seja a melhor explicação para o *puzzle* do “autor” anónimo da CTC.

Um último argumento a favor desta hipótese é a famosa citação de Zurara de que Fernão Lopes era um homem de «comunal ciência e de grande autoridade». Zurara investe aqui o cronista-mor de uma aura de autoridade no tocante à escrita da história. Tal entende-se à luz de uma natural admiração por alguém que fora seu mestre e com quem trabalharia decerto já antes de 1449. Sendo Fernão Lopes o detentor destes cadernos criados pela equipa de cronistas da corte régia, porque não terá escrito Zurara algo como «segundo Fernão Lopes aqui escreve...», ao invés de se referir ao autor dos cadernos de forma genérica? Se Zurara cita sempre, no tocante às autoridades, o nome e obra, porque omitiria ser Fernão Lopes o “autor” dos “cadernos”? A invocação da autoridade de Fernão Lopes, apenas reforçaria a sua credibilidade, que ele tanto defende contra os seus críticos, quando, por exemplo, o acusavam de depender em excesso de testemunhos. A explicação mais lógica é que os cadernos teriam uma autoria coletiva e não seriam uma redação exclusiva de Fernão Lopes. Defendemos, pois, que a redação da CTC tem como base um conjunto de rascunhos, os afamados “cadernos” cujo “autor” seriam os vários cronistas que trabalhavam em conjunto com Zurara sob a supervisão de Fernão Lopes. Não se trataria de uma obra em si, mas sim de textos preparatórios que Zurara foi depois incumbido de converter em crónica. Daí a alternância ao referir-se ao “autor” na primeira ou na terceira pessoa do singular. A falta de uma revisão final do texto, quiçá devido ao tempo curto em que a CTC foi redigida, não permitiu corrigir estes detalhes da redação, o que, em tempos posteriores, veio a gerar confusão. Colocamos esta hipótese, sem certezas...

O *quarto argumento*: Ao contrário do primeiro e segundo argumentos que defendem a hipótese lopesiana sobretudo por exclusão de partes, o quarto argumento advoga *per si* que Fernão Lopes escreveu a CTC, ou pelo menos parte considerável desta,

apontando as semelhanças ao nível do uso de fontes, temas, discurso e estratégias literárias com a trilogia lopesiana<sup>115</sup>.

Passemos então ao contraste entre os dois cronistas e entre as respectivas obras. Em qualquer autor, o uso de fontes está condicionado por dois fatores: o acesso sem restrições a toda a documentação disponível; o tempo necessário para fazer o respetivo cotejo e contraste. A trilogia de Fernão Lopes pauta-se pela análise e cotejo profundo da fontes, com o predomínio da documentação de cariz arquivístico. Este facto não surpreende, pois o cronista beneficiou da circunstância de ser guarda-mor das escrituras da Torre do Tombo. Como Fernão Lopes começa por sublinhar, percorreu inúmeros arquivos ao longo do país e leu toda a sorte de textos histórico-literários, quer de tipo cronístico, quer de tipo memorialístico<sup>116</sup>. No nível dos testemunhos, o cronista fez uso quer dos testemunhos diretos das grandes personalidades, quer de lendas e contos populares do chamado “povo-miúdo”. Aqui, convém recordar as histórias de justiça do rei D. Pedro, que assentam tanto em fontes documentais como em lendas populares sobre o Justiceiro<sup>117</sup>.

A Lisboa cercada em 1384 proporciona um dos pontos mais altos da prosa lopesiana, fazendo o cronista uso de estratégias literárias como a alegoria, o diálogo com o leitor e o miraculoso, para pintar os horrores da fome e da peste com pormenores vívidos e repletos de emoção. Os detalhes sobre o sofrimento da população lisboeta narrados na CDJ sugerem que as fontes para este episódio terão sido testemunhos populares e lendas que circulariam<sup>118</sup>. Assim, o uso dos testemunhos em Fernão Lopes procura conceder “voz” ao povo-miúdo, sobretudo através de testemunhos indiretos, como são as lendas populares, que transmitem de forma subtil a visão comum dos acontecimentos. Contudo, a trilogia lopesiana concede também à arraia-miúda uma efetiva participação na história, através da (re)construção de testemunhos diretos de membros do povo, como no famoso discurso do alfaiate Fernão Vasques, que publicamente critica D. Fernando pelo seu casamento com D. Leonor Teles<sup>119</sup>.

O cronista privou pessoalmente com alguns dos protagonistas dos acontecimentos e teve acesso a informações íntimas da vida da corte, o que é visível por exemplo, em alguns detalhes das histórias da justiça de D. Pedro I. Fernão Lopes usou também a literatura historiográfica para reconstruir diálogos e cenas, havendo já decorrido décadas sobre os factos. O cronista-mor fez também uso abundante da correspondência oficial régia, das chancelarias e das ordenações. Primou por um uso de fontes de tipo documental e oficial, usando também de grande precisão nas citações e

---

<sup>115</sup> Ver páginas 117-118 deste trabalho.

<sup>116</sup> Amado, Nunes & Costa (ed. 2017, prólogo, p. 22).

<sup>117</sup> Russo (2019, pp. 53-55). Sobre as lendas apócrifas não incluídas por Fernão Lopes na CDP, ver Moreira (2017) e Valdaliso-Casanova (2017).

<sup>118</sup> Amado, Nunes & Costa (ed. 2017, cap. CXV, p. 211).

<sup>119</sup> Macchi & Amado (ed. 2004, cap. LX, pp. 209-211).

as remissões internas<sup>120</sup>. A sua trilogia mostra uma grande coerência no plano textual, na citação de fontes, nas frases de ligação e nas remissões internas. Tal só é possível com o acesso a um vasto e diverso leque de fontes, assim como a um grande domínio das mesmas.

Por sua vez, Zurara optou por um predomínio da fonte testemunhal, sobretudo das grandes personagens da época. O cronista assume que restringiu a consulta de testemunhos, alegando, por um lado, que não se pode contar tudo e, por outro lado, que a maioria dos protagonistas já morrera. Por isso, cingiu-se à entrevista de grandes personalidades, como o infante D. Henrique e os membros do conselho régio. No relato das grandes personalidades, predomina o testemunho direto, que será a base para a construção dos episódios bélicos da CTC.

A *vox populi* existe em Zurara, mas mais escassa e sobretudo centrada no mundo muçulmano, o que não deixa de ser curioso. O povo-miúdo português tem menos destaque na CTC que o seu homónimo mouro. Zurara acaba por destacar pouco as ações da arraia-miúda lusa na conquista de Ceuta; contudo narra com vivacidade o choque que se abate sobre os ceutenses em 1415. O quotidiano magrebino emerge em Zurara através sobretudo dos testemunhos indiretos, nomeadamente lendas, memórias populares ceutenses e, pontualmente, na (re)construção dos discursos dos dignatários mouros aquando da queda da cidade<sup>121</sup>.

Uma das explicações para este foco excecional no povo-miúdo ceutense dever-se-á quiçá à procura de exaltar a grandeza da conquista de Ceuta, mostrando a comoção que gerou a perda da cidade no mundo muçulmano. A conquista de Ceuta foi o primeiro grande movimento militar cristão que saiu vitorioso após a desapareição dos reinos cruzados no século XIII. Esta conquista surpreendeu toda a Europa de então, pelo seu carácter de secretismo e por ser dirigida por um reino cuja importância política era apenas periférica, tendo até então estado imerso numa guerra com Castela. Do ponto de vista simbólico, esta conquista revestiu-se de grande importância pelo choque que causou tanto na Europa do século XV como no Magrebe islâmico. A estupefação dos ceutenses perante a perda da cidade é contada na CTC em grande detalhe e, além de conferir cor e emoção ao relato, serve o propósito ideológico de exaltar uma conquista a todos os níveis surpreendente.

O uso de documentação na CTC é mais escasso do que na trilogia de Fernão Lopes. Zurara usa a chancelaria oficial, a correspondência régia e presumivelmente as atas do conselho régio que se reuniu para atacar Ceuta. Além disso, consultou arquivos ceutenses e literatura moura, o que explica o seu conhecimento da realidade magrebina. Zurara tinha conhecimento em primeira mão da realidade geográfica, económica e cultural do norte de África<sup>122</sup>, pois viajou extensamente pelo Magrebe e

---

<sup>120</sup> Ver páginas 117-118 deste trabalho.

<sup>121</sup> Ver páginas 127-130 deste trabalho.

<sup>122</sup> Ver nota anterior.

tinha grande familiaridade com a fundo a região. A matéria muçulmana na CTC revela que o seu autor mergulhou a fundo na realidade cultural, económica e política das praças norte-africanas. Tudo isto ressalta nas descrições do quotidiano mouro, que revelam emoção, cor e intimismo, sugerindo o acesso do cronista a testemunhos diretos e indiretos que se coadunam com um autor que calcorreou a área em detalhe e pôde entrevistar diversos intervenientes.

É de recordar, a este propósito, a carta que Afonso V troca com Zurara, em que o monarca lhe recorda a importância de visitar as praças da costa marroquina, de modo a conhecer a fundo a realidade local<sup>123</sup>. Neste âmbito, convém frisar que não existe nenhuma documentação que refira que Fernão Lopes visitou a costa magrebina ou que tenha viajado pelo Norte de África. Além do mais, aquando da feitura da CTC em 1449, Fernão Lopes tinha já cerca de 70 anos e é pouco provável que estivesse na disposição de empreender uma tal deslocação para escrever uma crónica sobre Ceuta, quando ainda tinha de terminar a CDJ. É mais provável que a opção recaísse em Zurara, um cronista jovem e com tempo de vida útil suficiente para poder viajar muito e redigir as crónicas “marroquinas”. De facto, algo por vezes secundarizado no debate sobre a CTC é o facto de a crónica se centrar nos episódios decorridos em Ceuta, uma cidade culturalmente distinta do mundo ocidental do século XV. Conhecer a fundo a geografia, a arquitetura e cultura locais era um requisito importante para se construírem representações e relatos credíveis da queda da cidade. Fernão Lopes afirma ter percorrido vários arquivos e feito deslocações para conhecer fontes para os temas da trilogia, mas nada que se refira a Ceuta. Já Zurara viajou a mando de D. Afonso V para o Magrebe<sup>124</sup>.

O uso das fontes literárias constitui, em nosso entender, a maior diferença entre a trilogia de Fernão Lopes e a crónica inaugural da expansão. Como acima dissemos, a CTC cita de forma abundante as obras com cunho de autoridade. Seja como fontes primárias ou como fundamentação moral, na obra de Zurara as citações pautam-se por um excesso de referências de autores, tornando por vezes o texto mais “denso” e de difícil leitura. Sobre isto, Lindley Cintra afirma «Por mais interesse que as digressões pré-renascentistas ... tenham para a história da cultura portuguesa, constituem ... uma sobrecarga que prejudica gravemente o ritmo da narração»<sup>125</sup>.

Ao passo que Fernão Lopes cita de forma precisa apenas um ou outro autor ou obra, seja como fonte, como modelo literário ou base moral, Zurara recorre por vezes a um excesso de referências para suportar a sua argumentação. Tal deve-se, cremos, à imaturidade literária de Zurara. A sua formação escolar tardia, o pouco tempo de que dispôs para escrever a CTC e a sua jovem idade levaram a que o autor optasse por citar

---

<sup>123</sup> Pereira (ed. 1915, pp. 305-37).

<sup>124</sup> Pereira (ed. 1915, pp. 305-37).

<sup>125</sup> Cintra (1973, p. 1187). Cabanas afirma que a escrita de Zurara se insere na escola flamenga dos «*Grandes Rhétoriques* desta época com predilecção pela frase longa e um largo uso da subordinação conjuncional ou pronominal relativa». Cf. Cabanas (2004, p. 184).

em recorrentemente autores e obras, de modo a credibilizar o seu relato. Se atentarmos, a maioria das fontes literárias que Zurara cita em demasia são de pendor religioso e filosófico, querendo Zurara mostrar sistematicamente a sua devoção e a sua filiação na escolástica do seu tempo, mesmo em passagens onde tais questões parecem por vezes deslocadas tematicamente<sup>126</sup>. A citação e a deferência constante para com as autoridades escolásticas são, afinal, a marca de um autor inseguro que escreve a sua primeira obra, carecendo ainda da confiança necessária para redigir de forma mais “livre” dos modelos filosóficos e historiográficos. A isto soma-se a falta de peso institucional de Zurara na corte régia, em virtude de se tratar de um cronista pouco conhecido e que tem o fardo de suceder a um escritor tão reconhecido pelo seu saber e autoridade como foi Fernão Lopes. Ao passo que a citação em Fernão Lopes tem um objetivo primeiramente funcional (justificar a premissa em que assenta a argumentação em questão), na CTC, não raras vezes, as citações são feitas com cariz predominantemente estético e só depois funcional. Tal torna por vezes o texto da CTC de leitura mais difícil, ao passo que a trilogia lopesiana tem uma redação mais fluída e agradável. A maturidade literária é um requisito importante na qualidade de uma obra.

Nas crónicas seguintes, a CG, CPM, a CDM, o estilo de Zurara aprimora-se, tornando-se mais elegante, leve e conciso, devido à maturidade que, entretanto, o autor adquirira<sup>127</sup>. Na CTC tem 39 anos, apenas tendo iniciado a sua formação escolar aos 14 anos. O estilo mais difuso e denso da CTC corresponde à fase imatura de Zurara. Durante a CTC, raramente Zurara ataca as fontes ou os seus críticos, adotando quase sempre uma postura de deferência para com público-alvo, no que é um outro sinal de imaturidade e falta de confiança. Contudo, nas crónicas seguintes, nomeadamente na CDM, o autor faz sucessivamente ataques aos que questionam a sua probidade, nomeadamente por não incluir alguns nomes célebres nas suas obras, ou por depender em excesso dos testemunhos de apenas algumas personalidades<sup>128</sup>.

Ripostar aos críticos na sua obra é um sinal de maturidade literária, só ao alcance de autores experimentados no ofício da escrita e capazes de responder às mais variadas acusações. Por isso, Zurara não polemizou com os seus críticos ou as suas fontes na CTC, sua primeira obra, mas veio a fazê-lo nas suas crónicas seguintes. Um autor em início de carreira, sem maturidade, fama e peso institucional não terá a mesma coragem ou capacidade de rebater ou resistir às pressões dos críticos, sobretudo tratando-se de figuras de proa da sociedade. O mesmo sucedeu com Fernão Lopes aquando da redação da CP1419<sup>129</sup>. Em 1419, o cronista tinha cerca de 40 anos e começava a escrever o

---

<sup>126</sup> Isabel Duarte afirma que Fernão Lopes cita, sobretudo, testemunhos e opiniões para legitimar as ações, já Zurara opta por invocar as autoridades religiosas para tal; ver I. Duarte (2002, p. 208).

<sup>127</sup> King (ed. 1978, p. 38) frisa que a dependência das fontes eruditas que Zurara revelara na CTC não existe na CDM.

<sup>128</sup> O autor chega mesmo a afirmar que por esse motivo não quis mais escrever. Cf. King (ed. 1978, pp. 44-45).

<sup>129</sup> Nesta matéria seguimos de perto Moreira (2013).

primeiro volume das crónicas dos reis de Portugal. Pela natureza da matéria em si, as fontes escasseavam, considerando que se reportavam a acontecimentos com vários séculos de distância do tempo de escrita da crónica. À escassez de fontes junta-se a imaturidade literária de Fernão Lopes, que levou o cronista a permanecer ainda dependente dos modelos cronísticos da escola afonsina. Contudo, 15 anos mais tarde, sendo então um autor mais maduro, com acesso privilegiado a todo o tipo de fontes e com largo tempo para escrever, Fernão Lopes começou a redação da trilogia, produzindo três obras que se pautaram pela originalidade ao nível do discurso, pela qualidade e diversidade dos *topoi* e por uma elevada qualidade estética.

Em relação às fontes literárias, notamos ainda que há uma divergência de fundo no tocante ao tipo de obras citadas nas duas obras. Nas citações bíblicas, enquanto a trilogia lopesiana se cinge quase exclusivamente ao *Livro dos Macabeus* e aos *Evangelhos*, sobretudo em passagens de pendor apocalíptico ou profético<sup>130</sup>, o autor da CTC refere quase todos os livros da Bíblia, sendo que, quando cita passagens específicas, privilegia sobretudo as Epístolas paulinas e trechos de cariz metafísico e escatológico. Acresce a isto outro detalhe. Ao passo que Zurara cita largamente o *Pastor de Hermas*, obra cristã apócrifa, Fernão Lopes não lhe faz qualquer menção na sua trilogia, onde, aliás, apenas recorre a fontes bíblicas canónicas.

Parece-nos que existe ainda pouco estudo sobre estas diferenças no uso de fontes bíblicas, provavelmente pela questão ainda em aberto da autoria de Zurara. Contudo, aventamos a hipótese que os livros bíblicos escolhidos por Fernão Lopes revelam gostos estéticos e conceções teológicas distintas das que transparecem na CTC. A inclinação lopesiana pelos textos proféticos e de cariz apocalíptico, assim como pelos quatro Evangelhos, insere-se na conceção social do cronista, que entendia a sociedade como um todo complexo. A prédica de Fr. João da Barroca, com pendor milenarista; a analogia entre os portugueses e os judeus sublevados do século II A.C. (ecoando *Macabeus*); ou o cerco de Lisboa que é semelhante à Jerusalém sitiada, são imagens poderosas que o cronista transmitiu, e para as quais usou fontes bíblicas<sup>131</sup>. Nestes episódios o herói é coletivo, sejam os judeus ou os lisboetas. Contudo, o autor da CTC privilegia a narração dos grandes feitos de armas, focando-se em heróis individuais, mesmo quando cita as mesmas fontes bíblicas que a trilogia usou.

Por exemplo, nas poucas vezes em que citou *Macabeus*, o autor da CTC fê-lo para equiparar D. João I a Judas Macabeu, enquanto chefe militar, e D. Filipa à mãe dos sete mártires que morrem às mãos de Antíoco Epifânio<sup>132</sup>. O protagonismo coletivo do povo judeu, que Fernão Lopes exalta na trilogia, é aqui preterido em favor dos belos feitos de armas individuais de Judas Macabeu. Da mesma forma, o episódio do “Evangelho

---

<sup>130</sup> Para o uso de fontes bíblicas em Fernão Lopes seguimos de perto os trabalhos de Martins (1975 e 1979).

<sup>131</sup> Amado, Nunes & Costa (ed. 2017, caps. XXIII-XXIV).

<sup>132</sup> Pereira (ed. 1915, cap. LIII, p. 163 e cap. I, p. 7).

português”, que confere uma aura de predestinação coletiva ao povo português, dá lugar à exaltação da santidade individual da mãe dos sete mártires. É de recordar que, das quatro crónicas conhecidas de Zurara, duas, a CPM e CDM, versam sobre grandes personalidades e as restantes, CTC e a CG são, na prática, o panegírico do Infante D. Henrique. Já as crónicas lopesianas, a trilogia e a CP1419, todas se ocupam de reinados e não de particulares.

Quando Fernão Lopes defende, a partir da citação dos *Evangelhos* e dos livros proféticos, uma Sétima Idade do Mundo, insere-se numa corrente milenarista, de pendor popular e apocalíptico, que orienta a história para um foco de interesse coletivo<sup>133</sup>. A Sétima Idade do Mundo e o Evangelho português, que trariam uma nova era dourada, são o objetivo final pelo qual Deus guindou o Mestre de Avis à vitória. Já na CTC, o foco orienta-se para a glorificar a conquista de uma grande cidade por parte de uma dinastia, exaltando os feitos de armas individuais e a expansão da fé, citando-se as *Epístolas* e os textos de cariz moral da Bíblia com o fito último de legitimar um feito militar. As preferências manifestadas nestas crónicas por diferentes livros da Bíblia fazem sentido à luz de distintas concepções históricas e teológicas, revelando o pensamento de dois autores diferentes e não de um cronista comum. Tudo somado, o autor da CTC estaria mais próximo do jovem Fernão Lopes que escreveu a CP1419, do que do cronista-mor maduro que escreveu a afamada trilogia.

No tocante ao uso de estratégias literárias como a analepse ou o entrelaçamento, o autor da CTC não faz delas o uso recorrente característico do cronista da trilogia. O uso de alegorias ou metáforas também é escasso na CTC, comparativamente com crónicas de Fernão Lopes. Por outro lado, o recurso à astrologia é uma constante em toda a crónica de Ceuta, tendo mesmo um papel estrutural nos acontecimentos. A narrativa de qualquer grande evento ou feito de armas relevante é sempre antecedida pela descrição de fenómenos naturais como eclipses ou chuvas de estrelas<sup>134</sup>. O autor da CTC recorre também à consulta da astrologia para enquadrar e interpretar os acontecimentos passados e futuros. O recurso ao maravilhoso, nomeadamente à dimensão onírica e profética mostra-se distinto, temática e estilisticamente, da trilogia.

Na obra lopesiana, o maravilhoso existe sem, contudo, retirar o foco da ação humana. Para Fernão Lopes, são os atos individuais que moldam o destino. D. Fernando é um bom exemplo desta concepção. No Prólogo da CDF, Fernão Lopes mostra as qualidades e defeitos que o rei possuía, e nota que foi a sua ambição ilógica de se tornar rei de Castela que ditou o infortúnio dos anos finais do seu reinado<sup>135</sup>. Assim, D. Fernando não foi um mau rei porque Deus quis, mas porque não soube reinar com sabedoria e prudência, devido aos defeitos de personalidade que exibia. Também deste modo, o Mestre de Avis tornou-se rei porque foi o melhor dos candidatos, conquistando

---

<sup>133</sup> Rodrigo Lapa *in* Cabanas (2004, p. 167, nota de rodapé nº 1).

<sup>134</sup> Veja-se a morte de D. Filipa, antecedida de um eclipse solar, Pereira (ed. 1915, cap. XLVII, p. 144).

<sup>135</sup> Macchi & Amado (ed. 2004, prólogo, pp. 3-9).

o trono pelo seu mérito e coragem. Nesse sentido, Fernão Lopes faz um uso escasso, mas preciso, da astrologia para interpretar acontecimentos. O nascimento de Nun'Álvares é antecedido de uma consulta astrológica do seu pai, que queria saber o que o futuro reservava para o seu filho<sup>136</sup>. Apesar de Nun'Álvares não ser o primogénito, um famoso astrólogo, Mestre Tomás, profetiza que ele será o filho que mais glória terá, ao invés de Pedro Álvares, a quem o pai preferia. Este episódio tem claras semelhanças com o sonho profético de D. Pedro I, em que lhe é revelado que quem salvará Portugal é o Mestre de Avis, um bastardo e secundogénito e não o seu filho preferido e o segundo mais velho, D. João de Castro<sup>137</sup>. O cronista cria uma simetria poderosa entre o Mestre de Avis e o Condestável, porque ambos são bastardos, filhos segundos e preteridos pelos pais, mas, pelo seu talento, acabarão por suplantar todos os seus irmãos.

O uso do sobrenatural em Fernão Lopes serve como premonição das qualidades que cada pessoa terá, mas não reduz a ação humana. As próprias profecias lopesianas que vaticinam a ascensão dos dois bastardos sugerem que são precisamente as qualidades pessoais dos mesmos que estão na origem do seu sucesso, já que eles não se inserem no arquétipo típico dos grandes protagonistas medievais: não são legítimos, nem primogénitos, nem reúnem a preferência dos pais. As profecias irão apenas revelar este futuro surpreendente, mas não condicionam diretamente a ação humana.

Quiçá o maior exemplo disto será a subtil profecia que o cronista faz do reinado desastroso de D. Fernando. Na CDP, a propósito da guerra civil castelhana, o cronista relata um estranho fenómeno no céu, em que surge fogo, as estrelas se agitam, desaparecem e chocam entre si, parecendo ser um prenúncio de guerras futuras<sup>138</sup>. Fernão Lopes afirma que as pessoas caíram em pavor perante isto, e justifica a ocorrência «por nom averdes por nova cousa quando outra tal acontecer...»<sup>139</sup>. Não por acaso, este acontecimento é relatado num capítulo dedicado ao confronto entre Henrique II e Pedro I de Castela. O dia deste acontecimento é 22/10/1366, meses antes de D. Fernando herdar o trono. Neste mesmo dia, 17 anos depois, morrerá o rei D. Fernando<sup>140</sup>. A astrologia é usada aqui como uma metáfora poderosa para balizar um período que se seguirá ao final do reino de D. Pedro I: um período de guerras e agitação que começa em 22/10/1366, escassos meses antes da morte do Justiceiro, e que só findará com a morte de D. Fernando a 22/10/1383, estabelecendo um laço com o Prólogo da CDF e a afirmação das aflições trazidas ao reino pelas ambições do rei.

O cronista raramente cita as datas de nascimento das personagens não-régias, mas fê-lo para o Condestável e a sua mãe, cujos nascimentos são enquadrados astrologicamente, numa lógica premonitória. A mãe de Nun'Álvares é alvo de um

---

<sup>136</sup> Amado, Nunes & Costa (ed. 2017, cap. XXXIII, pp. 75-76).

<sup>137</sup> Macchi & Amado (ed. 2007, cap. XLIII, pp. 191-194).

<sup>138</sup> Macchi & Amado (ed. 2007, cap. XLI, pp. 185-186).

<sup>139</sup> Macchi & Amado (ed. 2007, cap. XLI, p. 186).

<sup>140</sup> Macchi & Amado (ed. 2004, cap. CLXXII, p. 592).

pequeno panegírico que visa elevar a imagem do filho. Só grandes momentos históricos, como o começo da era fernandina ou o nascimento de D. João I e de Nun'Álvares, merecem em Fernão Lopes um enquadramento astrológico, inserido na visão providencialista da Sétima Idade do Mundo do cronista.

Conquanto Fernão Lopes faça uso do sobrenatural e dos vaticínios, nem por isso deixa de sublinhar a importância das virtudes e defeitos humanos no desfecho dos acontecimentos<sup>141</sup>. Fernão Lopes não deixa de humanizar as suas personagens, mostrando-as como tendo simultaneamente defeitos e virtudes. Apesar de elogiar a coragem do Mestre de Avis, nem por isso deixou de criticar algumas das suas atitudes, nomeadamente a sua cedência às conjuras contra Nun'Álvares<sup>142</sup>. Em Fernão Lopes, as qualidades pessoais dos protagonistas são utilizadas por Deus para dar a vitória ao lado que Ele elegeu, mas nem por isso a especificidade de cada ser humano é apagada.

Nos protagonistas de Fernão Lopes, coexistiam, pois, elementos positivos e negativos que o cronista colocava ao serviço dos desígnios divinos; o desenlace das situações, porém, era determinado pelas boas ou más acções dessas personagens, servindo as profecias apenas para apontar os futuros heróis ou vilões (que não raro constituíam uma surpresa, por fugirem aos arquétipos socialmente validados). Já na CTC, o papel da Providência em ditar o resultado dos acontecimentos é substancialmente maior, algo que é sublinhado pela constante referência, antes e depois de grandes eventos, a fenómenos naturais que funcionam como sinais premonitórios. Quanto às personagens principais, são quase perfeitas, com panegíricos exagerados onde apenas existem virtudes. O infante D. Henrique é retratado como um génio militar em todos os níveis, seja no campo de batalha, na preparação logística ou na liderança da armada, algo pouco provável, considerando que era muito jovem aquando da conquista de Ceuta<sup>143</sup>. Pelo contrário, D. Duarte, então infante e herdeiro do trono, é secundarizado, se não mesmo apagado, na ação principal, em comparação com seu irmão Henrique. Para Zurara, o papel de cada um está predeterminado e as suas virtudes são conferidas pela Providência. O Infante D. Henrique eclipsou os irmãos porque Deus assim o quis, para cumprir um determinado objetivo.

O panegírico exagerado de D. Henrique na CTC contrasta vivamente com a conceção ideológica de Fernão Lopes na sua trilogia, onde, pese embora o reconhecimento do papel crucial de Nun'Álvares na crise dinástica, o cronista nem por isso deixa de frisar que a grande figura é o Mestre de Avis. Usando uma alegoria bíblica, o cronista cria o *topos* do “Evangelho Português”, refere-se ao Mestre como o “Messias

---

<sup>141</sup> Macchi & Amado (ed. 2007, cap. XLI, p. 186).

<sup>142</sup> Amado, Nunes & Costa (ed. 2017, cap. CIXCIII, pp. 377-380). Este capítulo encerra a CDJ1.

<sup>143</sup> Zurara afirma que ele tinha cerca de 22 anos em 1415. Contudo, a preparação para a armada começara anos antes quando seria um adolescente; ver Pereira (ed. 1915, cap. XXIX, p. 89).

de Lisboa” e ao Condestável como “S. Pedro”<sup>144</sup>. O rei emerge sempre como a figura principal, cuja glória ninguém pode ofuscar, ao contrário do que se vê na CTC.

J. Guimarães afirma que uma diferença crucial entre Fernão Lopes e Zurara é que o primeiro escreveu crónicas de reis, centradas na figura do monarca, ao passo que o segundo escreveu sobretudo crónicas de nobres ao serviço do rei<sup>145</sup>. Miguel Aguiar aponta mesmo que o peso dos belos feitos de armas na escrita de Zurara transforma a sua obra em crónicas «dos cavaleiros da Távola Redonda da corte»<sup>146</sup>. Luís Miguel Duarte afirma que Zurara errou, ao elevar D. Henrique em grandeza acima de todos os irmãos, mesmo o herdeiro D. Duarte, que seria o futuro rei<sup>147</sup>. A conceção do papel do rei e da sua relação com a nobreza é claramente distinta entre a CTC e a trilogia lopesiana.

Um detalhe curioso é que o autor da CTC refere a lenda apócrifa da ressurreição do rei D. Pedro I<sup>148</sup>. Este episódio, descartado por Fernão Lopes na CDP, talvez por ser pouco verosímil, surge, surpreendentemente, na CTC. Mais um elemento que reforça as diferenças consideráveis no uso e tratamento de fontes e nos recursos estilísticos que se verificam entre a CTC e a obra lopesiana.

Ao nível temático e também ideológico, a CTC centra-se no relato dos grandes feitos de armas em Ceuta e na construção de um panegírico do infante D. Henrique. O fulcro narrativo da CTC é a vida e feitos das grandes personagens, relegando para segundo plano outros grupos sociais e também outros tópicos. A célebre «visão social lata» de Fernão Lopes, com as suas narrações vívidas do quotidiano popular, dá lugar a uma obra que, apesar de pretender ser uma crónica régia, se foca no relato um grande acontecimento histórico, fazendo convergir nele toda a narrativa da exaltação dos grandes feitos de armas de D. João I, dos infantes de Avis e da alta nobreza. Tomando como contraponto a trilogia lopesiana, a CTC desvaloriza o papel do povo-miúdo, da burguesia e até mesmo do clero.

A temática fiscal e económica também perde importância, estando mltarga medida ausente da CTC (ver tabela 1 deste trabalho). Para Fernão Lopes, a gestão económica e fiscal de um reino não era um detalhe de somenos, mas sim uma questão crucial. Ficou célebre o Prólogo da CDF, onde Fernão Lopes exaltou a riqueza deixada por D. Pedro I ao seu filho, fruto de uma boa gestão financeira. O cronista aponta a gestão financeira calamitosa como uma das razões para o fracasso do governo de D. Fernando, porque este não só desbaratou o erário público em guerras inúteis contra Castela, como ainda fez pesar grandes cargas fiscais sobre os mais pobres. Esta situação trágica, que se

---

<sup>144</sup> Martins (1975, p. 252).

<sup>145</sup> Guimarães (2019, pp. 142-143). Maria de Lurdes Rosa (2019, p. 26) aponta que é Rui de Pina que retomará a tradição de escrever crónicas de reinados.

<sup>146</sup> Aguiar (2018, p. 4).

<sup>147</sup> Luís Miguel Duarte *in* Guimarães (2019, pp. 142-143).

<sup>148</sup> Pereira (ed. 1915, cap. XLIV, pp. 136-137).

agrava no final do reinado, gerou a agitação social que desembocará na chamada crise dinástica de 1383-1385. O autor da CTC, pelo contrário, pouco ou nenhum destaque dá à situação económica e fiscal do reino. Mesmo nos debates do conselho régio sobre o ataque a Ceuta, a vertente económica da guerra, nomeadamente o impacto dos seus custos nas populações, não assume preponderância na discussão, que gira em torno de em argumentos de cariz moral ou geopolítico. Verifica-se preocupação com o financiamento da armada, devido às dificuldades esperadas em conseguir altas verbas, mas não existe um debate sobre os impactos sociais que estes gastos pressuporiam. O foco nas grandes personagens e nos belos feitos de armas, a desapareção de uma conceção social ampla decorrente da secundarização do povo-miúdo e as diferenças de perspectiva sobre o papel da Providência na ação humana colocam sérias reservas quanto a uma autoria lopesiana da CTC. Há demasiadas discrepâncias de conceção ideológica, quer no plano político, quer no plano social, assim como no uso de fontes, recursos estilísticos e opções temáticas, para que sejam obras de um mesmo autor.

O *quinto argumento*: Alguns autores defendem que, após a batalha de Alfarrobeira, Fernão Lopes foi afastado da tarefa de escrever crónicas régias, mesmo continuando a ser, no papel, o cronista-mor<sup>149</sup>. Segundo esta teoria, o “exílio” a que foi votado Fernão Lopes gerou uma espécie de esquecimento do cronista nos anos vindouros. Em consequência disto, décadas mais tarde, as suas crónicas, respetivamente a CP1419, a CDP, a CDF, a CDJ e a CTC, ou pelo menos algumas delas, foram atribuídas a terceiros, como Zurara ou Rui de Pina, ou refundidas em outros escritos, como a *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão<sup>150</sup>. Esta teoria relaciona o fim da carreira cronística de Fernão Lopes com os debates políticos que decorriam na corte sobre a política ultramarina. Como acima afirmámos, o partido do regente D. Pedro defendia uma política de expansão assente numa vertente sobretudo comercial. Esta fação via a guerra como algo dispendioso e a evitar, a não ser em caso de necessidade. A perspectiva do infante D. Henrique e de D. Afonso V entendia a guerra como algo útil e um serviço a Deus, além de ser uma fonte de glória e riqueza. Um terceiro partido, representado por D. Duarte I, adota uma posição híbrida, defendendo a expansão como um serviço a Deus, mas preferindo evitar aventuras militares inúteis.

A questão crucial no *quinto argumento* é saber que posição tinha Fernão Lopes face à conquista africana e, por arrasto, se o motivo por trás do seu afastamento terá sido a sua filiação no grupo do regente. Como na CDJ a matéria parou em 1411, restam duas hipóteses: ou se assume que Fernão Lopes escreveu a CTC e aí está plasmada a sua visão sobre a expansão marítima; ou se assume que apenas redigiu a trilogia, e que nunca viremos a saber o que escreveria num terceiro volume da CDJ orientado para a

---

<sup>149</sup> Ver páginas 117-118 deste trabalho.

<sup>150</sup> Veja-se a abertura da CDP neste manuscrito da Torre do Tombo, por nós consultado em outubro de 2023, «Caronica del Rey Dom pedro. Primeiro deste nome: [e 8 do reyno] por Rui de Pina, coronista mor e guarda mor da torre do tombo dirigida a ElRey D Mél.», ver *Cronica de D. Pedro*, M-VII-9. Sobre a atribuição das obras de Fernão Lopes a Rui de Pina e Duarte Galvão, ver Monteiro (1988, pp. 83-84).

narração da conquista africana. Esta teoria parte do princípio de que, como Fernão Lopes era o cronista-mor em 1449, teria sido ele forçosamente a ter escrito a CTC. A atribuição da autoria da CTC a outro cronista gera confusão, porque pressupõe que ou Fernão Lopes foi afastado de forma abrupta do cargo, o que formalmente só sucedeu anos depois, ou que a Crónica de Ceuta é da sua autoria, mas foi erroneamente atribuída a Zurara. Contudo, neste caso, e ao contrário do *primeiro argumento*, a motivação política para o afastamento de Fernão Lopes é vista como explicação para a confusão instalada na autoria da CTC.

Como já arguimos no *quarto argumento*, do ponto de vista ideológico, temático e estilístico existem demasiadas diferenças entre a CTC e as obras de Fernão Lopes para que se possa construir um caso sólido a favor de uma autoria lopesiana global. Contudo, o pensamento político de Fernão Lopes relativamente à conquista africana, a sua proximidade ou distância relativamente ao de Zurara, e a possibilidade de se encontrar, ou não, nas posições defendidas pelo velho cronista, razões para o seu exílio historiográfico, continuam a não estar esclarecidas.

Vejamos, portanto. Existem, em nosso entender dois discursos historiográficos na casa de Avis, aos quais correspondem dois ciclos distintos. O primeiro ciclo é inaugurado por Fernão Lopes, arranca com a CP1419 e mantêm-se até à CDJ, que se detém em 1411. Neste primeiro ciclo, Fernão Lopes procurou lançar as bases de uma ideia de Portugal em chave messiânica, cunhando conceitos como a “Sétima Idade do Mundo” e o “Evangelho português”, que conferiam ao reino um papel predestinado e privilegiado nos planos de Deus. Este ciclo pautou-se por uma defesa da casa de Avis assente nos seguintes princípios: a nova dinastia reinante é legítima porque D. João I pode ser rei por ser filho de rei; porque defendeu a causa portuguesa contra Castela; porque deu origem à Sétima Idade do Mundo; porque ascendeu dentro de um quadro de revolta social em 1383; e porque a vitória portuguesa em Aljubarrota só foi possível pelo apoio divino, o que revela o cariz providencial da nova dinastia<sup>151</sup>.

A grande figura que emerge neste ciclo historiográfico é um D. João I “pré-Ceuta” por assim dizer, que melhor se espelha no conceito de “Messias de Lisboa”. Zurara inaugurará um segundo ciclo historiográfico, pautado por uma representação distinta do rei e da dinastia reinante. Este ciclo arranca em 1449 com a CTC e termina em 1580 com o fim da dinastia de Avis<sup>152</sup>. A imagem de D. João I emerge neste novo discurso como a de um grande príncipe cristão de pendor cruzadístico. A narração orienta-se para o relato dos belos feitos de armas e a defesa das conquistas militares.

No primeiro ciclo, o intérprete é Fernão Lopes e a base da legitimação da nova dinastia são situações e conceitos de âmbito moral coletivo e de defesa do reino, como a revolução de 1383-1385, a Sétima Idade do Mundo e o Messias de Lisboa. No segundo ciclo, fruto de um novo contexto político inaugurado pela conquista de Ceuta, emergiu

---

<sup>151</sup> Amado, Nunes & Costa (ed. 2017, caps. CLXXXIII-CXCII).

<sup>152</sup> Abordamos esta temática em mais detalhe numa comunicação feita em 19/2/2021; ver Russo (2021).

um segundo discurso. Este novo ciclo/discurso exigia, por isso, um novo intérprete, que reorientou a base da legitimação dinástica para a glória da expansão militar e a defesa da fé.

Na trilogia, Fernão Lopes critica as guerras não estritamente necessárias como um dispêndio de riqueza e vidas, além de descrever os impactos que as mesmas provocam nas populações, nomeadamente ao nível da taxaço, inflaço e destruico económic. O Prólogo da CDF é um dos pontos altos da prosa lopesiana, e nele o autor transmite uma ideia clara: D. Fernando reunia em si um contexto económic favorável, herdado do seu pai, e qualidades que lhe teriam granjeado quiçá ter sido o rei mais próspero de Portugal. Foi a sua insistência num sonho irrealizável que transformou um reinado promissor numa crise dinástica que culminou numa guerra que se arrastou durante décadas.

Durante toda a trilogia, Fernão Lopes manifestou-se avesso a guerras irrefletidas cujos proveitos não fossem claros. Uma das ideias mais fortes que o cronista legou na sua obra foi a crítica a aventuras militares, frisando sempre a ruína social e económic que causam, sobretudo nas camadas mais baixas. Nesse sentido, pode-se deduzir que Fernão Lopes foi o rosto, nos círculos literários, de uma perspectiva cética quanto a políticas de conquista militar, claramente afim ao partido do regente D. Pedro. A conquista marítima estava longe de ser consensual na corte e na sociedade portuguesas sendo alvo de grandes debates. Após o desastre de Tânger de 1437, a expansão fica suspensa devido à prisão do Infante Santo. Esta situação marca o final do reinado de D. Duarte e toda a regência de D. Pedro, tendo gerado ceticismo sobre a política de expansão africana<sup>153</sup>. Neste desastre, Fernão Lopes perde duas pessoas muito próximas: o seu único filho, Martinho, que foi preso em Tânger e morreu em Fez; e o Infante Santo, de quem o cronista foi escrivão da puridade<sup>154</sup>. As personalidades mais próximas a Fernão Lopes, na corte, foram o rei D. Duarte, o regente D. Pedro e D. Fernando, o Infante Santo. O primeiro, apadrinhou o arranque da sua carreira, quando o encarregou de escrever a CP1419; o segundo concedeu-lhe tenças, já durante a sua regência, quando cronista arranca com a CDJ<sup>155</sup>. Fernão Lopes trabalhou para o D. Fernando e beneficiou do seu testamento. Além disso, Martinho, filho do cronista, era o médico do Infante Santo.

Na trilogia, Fernão Lopes narrou os impactos sociais e económicos das chamadas guerras fernandinas, que se revelaram um desastre. No que toca à conquista africana, para Fernão Lopes não se tratava de um tópic do qual teria distância temporal e emocional, como seriam as guerras fernandinas, mas sim de uma questão que tocou diretamente o autor no seu foro pessoal. Conquanto ninguém possa sondar com exatidão os sentimentos de um autor que viveu há séculos e que nada deixou escrito

---

<sup>153</sup> Duarte (2015, p. 241). Sobre o culto ao Infante Santo na historiografia avisina, ver Amaral (2008).

<sup>154</sup> Ver página 117 deste trabalho.

<sup>155</sup> Ver nota anterior.

sobre esses assuntos, nem por isso podemos deixar de equacionar um cenário emocional credível. Em Tânger, o cronista perde o seu único filho e o Infante Santo para o qual ele e Martinho trabalharam durante a sua vida. A isto acresce a comoção que o fiasco de Tânger provocou em D. Duarte, o grande patrono da carreira do cronista, que caiu em grande depressão por ter sido obrigado a deixar o irmão morrer em Fez, evitando assim a devolução de Ceuta<sup>156</sup>.

Por fim, o regente D. Pedro, que também se opusera ao ataque a Tânger, após esse fracasso defenderá um recuo na política bélica<sup>157</sup>. Será esta sua postura perante a conquista africana o principal móbil da sua queda em 1449. Assim decorre que a expansão motivou em Fernão Lopes a perda do seu único filho e do infante D. Fernando, de quem, por razões profissionais, era seguramente muito próximo; marcou negativamente o legado de D. Duarte, o seu principal patrono; e, por fim, causou a queda final e a morte do regente, o seu último mecenas. A expansão seria, então, para o velho cronista, um tópico “espinhoso” do ponto de vista pessoal. Por outro lado, não é de todo infundado equacionar que Fernão Lopes, tendo já na CDF criticado a promoção de guerras evitáveis, não iria defender algo distinto no tocante a Ceuta.

O desastre de Tânger foi, para a segunda metade dos Quatrocentos, o equivalente das guerras fernandinas do século XIV: um fiasco militar, que ademais acarretou custos elevados e se saldou por uma humilhação política. Com a ressalva de que, se as guerras anteriores nada tinham produzido a não ser ruína, a expansão tinha trazido alguns momentos de glória e alguns benefícios económicos. Assim, sobre as guerras fernandinas existia um consenso em como tinham sido um desastre, ao passo que a expansão marítima gerava sentimentos mistos. A conquista de Ceuta tinha sido o tiro de partida da expansão marítima do século XV, e qualquer posição a adotar sobre a esta política teria de, antes de mais, enquadrar ideologicamente este acontecimento. Enquanto não se definisse claramente se Ceuta fora o início de uma política de conquista militar mais ampla, ou se fora um sucesso isolado sem continuidade, não se poderiam escrever as crónicas de D. Duarte, D. Afonso V, nem mesmo a terceira parte da CDJ. Mas a expansão iria configurar-se como a grande base legitimadora de uma nova dinastia, que após subir ao trono com a revolta de 1383, procurava agora consolidar a sua ascensão com uma política de expansionismo de tipo cruzadístico perante o Islão magrebino.

Posta esta nova base legitimadora, a CTC ganha uma importância crucial, porque dela dependia o futuro discurso cronístico sobre a política africana. A questão dividia a corte, havendo quem defendesse um recuo ou abandono desta política e uma reorientação de cariz comercial e pacífico. Em nosso entender, o grande atraso que existiria na redação das crónicas régias em 1449 dever-se-ia a esta divisão. Também

---

<sup>156</sup> Almeida (ed. 1977, caps. XLI-XLIV, pp. 569-575). Esta matéria encerra a *Crónica de D. Duarte* de Rui de Pina. Ver também Duarte (2005, pp. 17-19).

<sup>157</sup> A visão do regente sobre Tânger encontra-se narrada em Almeida (ed. 1977, caps. XIX-XX, pp. 532-537).

Teresa Amado nota que a questão da expansão não fora ainda digerida na corte e, por isso, houvera uma pausa na produção cronística<sup>158</sup>. O ataque cerrado que a CTC faz aos críticos da expansão só se entende se este fosse ainda um tema divisivo, caso contrário não seria necessário um discurso tão virulento.

Ainda no mesmo âmbito, note-se um detalhe. Apesar de o autor da CTC defender com entusiasmo a expansão, nos capítulos XII-XIV o rei D. João I elenca os seus argumentos para permanecer cético sobre um ataque a Ceuta<sup>159</sup>. O rei é mostrado como tendo reservas sobre os benefícios e possibilidade de sucesso da empreitada, e lista um conjunto de argumentos contra a ida, tais como os custos elevados e o perigo de expor a defesa do reino. A imagem de João I é, aqui, a de um rei moderado e prudente. Muitos dos seus argumentos assemelham-se à posição do regente D. Pedro sobre a expansão. Contudo, o rei dá voz ao conselho, que é composto pelos seus filhos e por algumas personalidades importantes do reino, que defendem o assalto à cidade. Acaba-se a decidir avançar para o ataque, sobretudo pelo prestígio que este acarretaria. Contudo o rei deixa no ar um conjunto de argumentos que lhe permitiriam no futuro fazer um *volte-face* e optar por congelar, ou mesmo abandonar, a expansão se esta se provasse ruínosa.

Neste capítulo, apenas o rei fala em discurso direto. A posição maioritária dos infantes e do conselho régio, ao contrário da do rei, é de entusiasmo com a conquista. Os argumentos favoráveis não são relatados em discurso direto, surgindo as várias opiniões sintetizadas num resumo. Apenas a opinião de D. João I é claramente transcrita, a dos infantes e demais conselheiros é resumida num compêndio geral das ideias, sem concretizar quem defendeu o quê. Deste modo, o autor criou uma base para, caso fosse futuramente necessário retroceder no discurso pró-expansão, ser possível fazê-lo sem comprometer as grandes figuras do reino, a começar pelo rei, que segundo Zurara, avança para o ataque pressionado pelos conselheiros.

A isto soma-se a proteção da imagem do rei D. João I, que avança para Ceuta quando é persuadido pelos conselheiros. Afigura-se-nos aqui uma estratégia típica dos cronistas, que, para preservar a figura do rei, orientam as críticas para os seus assessores<sup>160</sup>. Em último caso, seriam os membros do conselho régio os culpados de uma opção política que se revelara errada, sem, todavia, ninguém poder ser individualmente atacado. Em 1449 é redigida a CTC, meses após a vitória de Afonso V em Alfarrobeira. O texto apresenta uma visão triunfante da conquista. Em 1449 o ambiente político é favorável à expansão; nos anos vindouros a conquista de praças norte-africanas intensifica-se e Afonso V sonha mesmo com a reconquista de

---

<sup>158</sup> Amado (1997, pp. 53-58).

<sup>159</sup> Pereira (ed. 1915, caps. XII-XIV, pp. 38-46). Margarida Ventura aponta que Zurara fez uso do contraditório na sua obra, nomeadamente nos capítulos dedicados ao debate sobre o ataque a Ceuta, onde o cronista dá os argumentos de ambas as partes. Ver Ventura (2018, pp. 144-146).

<sup>160</sup> Disto foi exemplo Ayala ao ter atribuído a derrota em Aljubarrota à inexperiência e ambição contraproducente dos conselheiros de Juan I; ver Luis-Martin (ed. 1991, pp. 598-602).

Constantinopla<sup>161</sup>. Contudo, nem por isso o tema deixou de ser divisivo, e o cronista criou estratégias de recuo discursivo antecipando possível um futuro *volte face* da política expansionista. O mesmo sucede com a imagem do regente D. Pedro, que na CTC é diminuída no seu papel político, mas não vilificada. Sendo o regente tio e sogro de Afonso V, uma futura reabilitação da sua imagem nunca deixou de estar na equação. Na CPM e na CDM tal virá a suceder, após o perdão que do rei aos apoiantes de D. Pedro<sup>162</sup>. Por isso, na CTC, os ataques ao partido do regente fazem-se sempre de forma anónima, evitando danar de forma irreversível a imagem dos opositores e tornar inviável uma futura reconciliação.

## Conclusões

Os aspetos problemáticos na redação da CTC que analisamos no capítulo precedente são invocados para se construir uma reivindicação de autoria lopesiana que assenta sobretudo na negação de que Zurara pudesse ter sido o escritor da crónica. Por arrasto, apenas o autor da trilogia poderia emergir como o autor de uma crónica régia em 1449, visto ser de todo improvável que, não sendo Zurara a escrever a CTC, outro que não Fernão Lopes o fizesse. Os argumentos a favor da teoria lopesiana não se focam em construir uma fundamentação estrutural, temática, literária e ideologicamente sólida, antes partindo de factos que podem também ser interpretados dentro da hipótese de autoria zurariana.

Do ponto de vista literário, a CTC dista em demasia da trilogia, no plano temático, no uso de fontes, nos recursos estilísticos e no discurso cronístico sobre a sociedade e o poder. O afastamento de Fernão Lopes, em 1449, deveu-se à inadequação do seu discurso cronístico ao novo ciclo historiográfico que se inaugurava com a CTC. De facto, no primeiro ciclo historiográfico avisino, Fernão Lopes assentou a legitimação da nova dinastia no papel heroico do Mestre de Avis na defesa do reino contra Castela e também na ascensão de novas classes sociais, como os mesteirais, inaugurando assim uma Sétima Idade do Mundo, tendo Portugal como protagonista. Esse discurso findou com a conquista de Ceuta, que reorientou a política externa portuguesa para a cruzada contra o Islão magrebino, conferindo assim novas bases de legitimação à dinastia de Avis. Fernão Lopes foi um dos responsáveis pela imortalização da imagem de desastre da política fernandina, que provocou a ruína económica com guerras ilógicas. Esse fora um dos motivos da crítica do cronista a D. Fernando na CDF, e uma das ideias mais importantes por ele transmitidas: as guerras têm enormes custos financeiros e sociais e por isso têm de ser pensadas com fundamento e ponderação.

Ora este discurso estava desadequado à nova orientação geopolítica da casa de Avis, que fazia da conquista marroquina simultaneamente um motivo de glória e de

---

<sup>161</sup> Almeida (ed. 1977, cap. CXXXV, pp. 767-768).

<sup>162</sup> Guimarães & Moreira (2021, pp. 23-29).

legitimação. Se a isto acrescentarmos a idade avançada de Fernão Lopes e o seu assoberbamento com a finalização da CDJ, a opção por Zurara como autor da CTC afigura-se lógica. Neste sentido, notamos que a carta em que Fernão Lopes é afastado do cargo de cronista-mor (algo que na prática já sucedera anos antes) diz que tal é feito a seu “prazimento”, numa linguagem ambígua que sugere que ou o cronista aceita a decisão ou terá sido ele mesmo a pedir para deixar o cargo<sup>163</sup>.

Não é de todo ilógico pensar que o próprio Fernão Lopes tenha optado por pôr fim à sua carreira de cronista e não escrever a CTC, considerando a sua idade avançada, a sua enorme carga de trabalho, e o seu viés pessoal com o tema da expansão. Note-se que a carta diz que o afastamento de Fernão Lopes foi a seu “prazimento”, ou seja, não foi algo compulsivo. Isto explica porque Zurara começa a CTC a fazer um panegírico ao seu antecessor «*chamavam* Fernão Lopes, homem de comunal ciência e grande autoridade...»<sup>164</sup>.

Não há crítica de Zurara ao velho cronista, pelo contrário. Há o elogio a um cronista marcante que era já afamado em vida pelo seu génio literário. Nesse sentido, este capítulo soa simultaneamente como uma fórmula de despedida e como uma homenagem do pupilo ao mestre. Note-se que Zurara escreve “*chamavam* Fernão Lopes, homem de comunal ciência...” usando o verbo chamar no pretérito imperfeito do indicativo, como se Fernão Lopes já estivesse morto. Mas em 1449 o cronista ainda vivia, e viverá até pelo menos 1460. Assim, o uso do verbo *chamar* no pretérito imperfeito do indicativo entende-se como sugestão de Zurara de que Fernão Lopes encerrara o seu ciclo como cronista, referindo-se-lhe já no passado. O tom laudatório que se utiliza nesta passagem apenas faz sentido estando em causa personagens que tivessem falecido ou terminado o seu percurso. Com este capítulo, a dinastia de Avis, pela boca de Zurara, presta homenagem ao homem que legitimou a sua subida ao poder, imortalizando na sua pena imagens como o “Messias de Lisboa” ou o “Evangelho português”, encerrando assim todo um ciclo historiográfico, com os seus discursos, imagens e representações próprios. Um novo ciclo/discurso historiográfico emergia, e exigia um novo intérprete.

---

<sup>163</sup> «hordenamos per *sseu prazimento* de o dar a outra pessoa...», Pereira (ed. 1915, p. 291).

<sup>164</sup> Pereira (ed. 1915, cap. III, pp. 12-13).

**Referências:**

**Fontes:**

Almeida, M. Lopes de (ed. 1977), *Crónicas de Rui de Pina. D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, Porto, Lello & Irmão Editores.

Amado, Teresa; Nunes, Ariadne; Pimenta, Carlota & Costa, Mário (eds. 2017), *Fernão Lopes. Crónica de D. João I: Primeira Parte* (Vol. I), Lisboa, INCM.

Brocardo, Maria Teresa (ed. 1997), *Gomes Eanes de Zurara. Crónica do Conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Calado, Adelino de Almeida (ed. 1998), *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro.

Cintra, Lindley; Freire, Anselmo Braancamp & Entwistle, William (eds. 1977). *Fernão Lopes. Cronica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo* (vol. II), Lisboa, INCM.

*Cronica de D. Pedro*: M-VII-9, Torre do Tombo, Lisboa.

King, Larry (ed. 1978), *Gomes Eanes de Zurara. Cronica do Conde D. Duarte de Menezes*, Lisboa, Universidade Nova.

Luis-Martin, José (ed. 1991), *Pero López de Ayala. Crónicas*, Barcelona, Planeta.

Macchi, Giuliano & Amado, Teresa (eds. 2004), *Fernão Lopes. Crónica de D. Fernando*, Lisboa, INCM.

Macchi, Giuliano & Amado, Teresa (eds. 2007), *Fernão Lopes. Crónica de D. Pedro*, Lisboa, INCM.

Pereira, Francisco Esteves Maria (ed. 1915), *Gomes Eanes de Zurara. Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

Visconde de Santarém (ed. 1841), *Gomes Eanes de Zurara. Cronica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, Paris, J.P. Aillaud.

**Estudos:**

Aguiar, Miguel (2016), *Ideologia Cavaleiresca em Portugal no Século XV*, Dissertação de Mestrado, Porto, Edição de Autor.

Aguiar, Miguel (2018), "As crónicas de Zurara: a corte, a aristocracia e a ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV", *Medievalista*, 23, pp. 1-31.

- Amado, Teresa (1997), *Fernão Lopes: contador de histórias. Sobre a Crónica de D. João I*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Amado, Teresa (2007), “Os pensamentos do cronista Fernão Lopes”, *eHumanista*, 8, pp. 133-142.
- Amaral, Clinio (2008). *O culto ao Infante Santo e o projeto político de Avis (1438-1481)*, Tese de Doutoramento, Niterói, UFF.
- Augustín, Kevin Perromat (2014), *El plagio en las literaturas hispánicas: Historia, Teoría y Práctica*, Tese de Doutoramento, Paris, CRIMIC, Université Paris-Sorbonne.
- Barbosa, Katiúscia Quirino (2017), *A África sob o olhar do outro: a Guiné nas representações literárias e cartográficas portuguesas do século XV*, Tese de Doutoramento, Niterói, UFF.
- Barros, Cláudia (2021), *O Olhar de Gomes Eanes de Zurara sobre o Norte de Marrocos: estudo da paisagem de Alcácer Ceguer (Ksar Sghir)*, Braga, Universidade do Minho.
- Barros, Cláudia (2022), “Desbravando o território de Ksar Sghir com Gomes Eanes de Zurara”, apresentado em *Sessões de Cronística Medieval*, Grupo de Cronística da Flup (ed. 2022), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. URL: [https://sigarra.up.pt/flup/pt/noticias\\_geral.ver\\_noticia?P\\_NR=142084](https://sigarra.up.pt/flup/pt/noticias_geral.ver_noticia?P_NR=142084)
- Basto, Artur de Magalhães (1959), *Estudos. Cronistas e crónicas antigas. Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»*, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Bertoli, André (2007), “A natureza narrativa da Crônica da Tomada de Ceuta”, *Cantareira – Revista Eletrônica de História*, 3, 2, Ano 4. URL: [https://www.academia.edu/4438581/A\\_Natureza\\_Narrativa\\_da\\_Cr%C3%B4nica\\_da\\_Tomada\\_de\\_Ceuta\\_CANTAREIRA\\_Revista\\_Eletr%C3%B4nica\\_de\\_Hist%C3%B3ria\\_Volume\\_3\\_N%C3%BAmero\\_2\\_Ano\\_4\\_2007](https://www.academia.edu/4438581/A_Natureza_Narrativa_da_Cr%C3%B4nica_da_Tomada_de_Ceuta_CANTAREIRA_Revista_Eletr%C3%B4nica_de_Hist%C3%B3ria_Volume_3_N%C3%BAmero_2_Ano_4_2007)
- Bertoli, André (2010), “Ensaio sobre a Cronística e a Guerra em Portugal no final da Idade Média”, *Revista Litteris História*, 5, pp. 1-16.
- Börm, Henning (2015), “Procopius, his predecessors, and the genesis of the Anedocta”, in Henning Börm, *Antimonarchic Discourse in Late Antique Historiography*, Stuttgart, Franz Steiner Verlag, cap. 13.
- Cabanas, María Isabel Morán (2004), “A propósito da erudição greco-latina e da imagística na Crónica da Tomada de Ceuta, de Gomes Eanes de Zurara”, *Troianalexandrina. Anuario sobre literatura medieval de materia clásica*, 4, pp. 163-186.

- Carvalho, Joaquim de (1949), "Sobre a erudição de Gomes Eanes de Zurara", in *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XV*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Vol. I, pp. 1-241.
- Cidade, Hernâni (1931), "Fernão Lopes é ou não o autor da «Crónica do Condestabre»?", *O Instituto*, 81, 1, pp. 5-40.
- Cintra, Luís Filipe Lindley, "Gomes Eanes de Zurara", in Jacinto Prado Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura*, s.l., Editora Figueirinhas, Vol. 4.
- Cunha, Paulo Morgado e (2017), "«Batalhas fundacionais»: da Estória do Santo Graal à Crónica de D. João I de Fernão Lopes", *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, 2, pp. 19-40.
- Dias, João José Alves (ed. 1982), *Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte: Livro da Cartuxa*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Duarte, Isabel Margarida (2002), "O relato de discurso na *Crónica da Tomada de Ceuta* de Gomes Eanes de Zurara", in *Actas do Encontro comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*, Porto, Universidade do Porto, Vol. I, pp. 207-215.
- Duarte, Luís Miguel (2005), *D. Duarte. Requiem por um rei triste*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Duarte, Luís Miguel (2015), *Ceuta. 1415*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Figueiredo, Albano (2005), "Viagem, cavalaria e conquista na *Crónica da Guiné* de Gomes Eanes de Zurara", in *Modelo. Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 25-33.
- Guimarães, Jerry (2019), "*De qualquer outro do povo escrevera seu feito, se o achava em merecimento*": Memória e esquecimento da "gente miúda" nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara, Tese de Doutoramento, Vitória da Conquista, UESB.
- Guimarães, Jerry & Moreira, Marcello (2021), "Danação e redenção da memória do infante D. Pedro nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara", *Revista de História*, 180, pp. 1-36. URL: <https://www.redalyc.org/journal/2850/285068952049/285068952049.pdf>
- Martins, Mário (1975), *Alegorias, símbolos e exemplos morais da literatura medieval portuguesa*, Lisboa, Edições Brotéria.
- Martins, Mário (1979), *A Bíblia na literatura medieval portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

- Miranda, José Carlos (2013), “Lancelot e a recepção do romance arturiano em Portugal”, *e-Spania*, 16. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/22778>
- Monteiro, João Gouveia (1988), *Fernão Lopes: Texto e Contexto*, Coimbra, Livraria Minerva.
- Montes, Néstor Virgil (2019), “El rumor político en diplomacia: la especulación sobre el posible destino de la armada portuguesa que se estaba preparando para finalmente conquistar Ceuta (1411-1415)”, in José Antonio Chelle Ortega/ José Marcos García Isaac/ Óscar Villarroel González (coords.), *Guerra y diplomacia en la Península Ibérica (1369-1474)*, Madrid, La Ergástula, pp. 15-40.
- Moreira, Filipe Alves (2013), *A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*, Braga, Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- Moreira, Filipe Alves (2017), “Memória(s) do rei D. Pedro: episódios não incluídos na Crónica de Fernão Lopes”, *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, 2, pp. 95-112.
- Moreno, Humberto Baquero (1973), *A batalha de Alfarrobeira*, Lourenço Marques, Universidade de Lourenço Marques, Revista de Ciências do Homem.
- Rodrigues, André Moutinho (2021), “Imagens e práticas dos confesores da família real portuguesa em meados do século XV”, in Diana Pereira/ Inês Afonso Lopes/ Rosa Maria Sánchez (coords.), *O Gesto e a Crença: Percursos, Transferências e Intermedialidade*, Porto, CITCEM, pp. 99-108.
- Rosa, Maria de Lurdes (2010), *Longas Guerras, longos sonhos africanos. Da tomada de Ceuta ao fim do Império*, Porto, Fio da Palavra.
- Russo, Rute (2019), *A crónica de D. Pedro I: a estratégia cronística em Fernão Lopes*, Dissertação de Mestrado, Porto, Edição de Autor.
- Russo, Rute (2021), “A literatura cronística portuguesa e o século XV: Fernão Lopes e o primeiro ciclo historiográfico da Casa de Avis”, apresentado em *16ª Sessão das Oficinas de Investigação do CITCEM 2020/21, Representações Cronísticas Medievais*. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=8m5Ldu0dosk>
- Saraiva, António José (1960), *Fernão Lopes*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- Soares, Torquato de Sousa (1960), “Acerca da chamada «Crónica dos feitos de Guiné» de Gomes Eanes de Zurara”, *Revista Portuguesa de História*, IX, pp. 287-302. URL: [https://dl.uc.pt/explore?bitstream\\_id=12256117&handle=10316.2/46848&provider=iiif-image#c=0&m=0&s=0&cv=16&xywh=145%2C209%2C3773%2C2168](https://dl.uc.pt/explore?bitstream_id=12256117&handle=10316.2/46848&provider=iiif-image#c=0&m=0&s=0&cv=16&xywh=145%2C209%2C3773%2C2168)
- Sousa, Bernardo Vasconcelos (2005), *D. Afonso IV*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Sousa, João Silva de (2015), “O Infante D. Henrique, 1394-1460 (Assinalando os 550 Anos da sua morte)”, in *Arqnet*. URL:  
[https://www.arqnet.pt/portal/artigos/jss\\_infante.html](https://www.arqnet.pt/portal/artigos/jss_infante.html)

Valdaliso-Casanova, Covadonga (2017), “«Deste rey Dom Pedro contão algũas cousas». A construção da narrativa da memória do rei-juiz”, *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, 2, pp. 135-160.

Ventura, Margarida G. (2018), “O elogio do contraditório. Reflexões sobre a cronística de Zurara.” in Maria Eurydice Ribeiro/ Susani França (Orgs.), *A escrita da História de um lado a outro do Atlântico*, São Paulo, Cultura Académica Editora, pp. 143-166.